ÍNDICE

INTRODUÇÃO 4

1. PLANO DE ATIVIDADES DA CNDHC 5

1.1.Áreas de atuação 5

1.2. Enquadramento e Objetivos do Plano 5

1.3. Objetivos Específicos 6

2. RECURSOS HUMANOS 6

2.1. Composição da CNDHC 6

2.2. Conselho Coordenador 11

2.3. Grupos de trabalho 11

2.4. Pessoal Permanente 11

3. FUNCIONAMENTO DA CNDHC 12

3.1. Reuniões Plenárias 12

3.2. Reuniões dos Grupos de Trabalho 13

3.3. Reuniões internas 13

3.4 Funcionamento e constrangimentos 14

4.ATIVIDADES REALIZADAS 14

4.1. Formações 14

4.1.1. Formação para preparar a instalação do departamento de Direito Internacional Humanitário na CNDHC 14

4.1.2. Módulo "Introdução aos Direitos Humanos" 15

4.2. Publicações 16

4.2.1. Socialização do Guia do Cidadão Eleitor 16

4.2.2. Finalização da socialização da cartilha Cidadão Pikinoti 18

4.2.3. Lançamento do Cidadão Pikinoti - edição adaptada para o Sistema Pictográfico para comunicação 19

4.2.4. Lançamento do SOS Planeta Terra – Construindo a Cidadania Ecológica 20

4.3. Entrega do Prémio Nacional de Direitos Humanos 2015 21

4.4. Programa radiofónico "Direitos humanos e cidadania em foco" 23

4.5. Apresentação pública do Estudo-diagnostico sobre o perfil dos condenados por crimes de agressão sexual contra menores 25
4.6. Ciclo de visitas de cortesia às instituições 27
4.6.1. Primeiro-ministro de Cabo Verde 27
4.6.2. Provedor de Justiça 27
4.6.3. Centro da 3ª idade da CVCV na Praia 28
4.6.4. Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde.....29
4.6.5. Ministra da Educação 30
4.6.6. Diretor Nacional da Polícia Nacional 30
4.6.7. Procurador geral da República 31
4.6.8. Presidente do ICCA 32
4.6.9. Diretora Nacional de Educação 33
4.6.10. Serviço de Psiquiatria - Extensão Trindade do Hospital Dr. Agostinho Neto.....34
4.6.11. Presidente da República 34
4.6.12. Cadeia Militar em Achada Eugénio Lima 35
4.7. Palestras, oficinas e ações de sensibilização 36
4.8. Realização de uma colónia de ferias em Achada Mato, Praia 38
4.9. Denúncias: Atendimento, tratamento e seguimento de casos 39
4.10. Comemoração do dia internacional dos direitos humanos 41
4.11. Coordenação da elaboração dos relatórios dos Pactos e Convenções internacionais 42
4.12. Missões Internacionais realizadas 43
4.12.1. Naivasha e Nairobi, Quénia 43
4.12. 2. Dakar, Senegal 44
4.12.3. Genebra, Suíça 45
4.13. Atividades com parceiros 46
4.13.1. Campanha Nacional de Prevenção do Uso Abusivo do Álcool – Presidência da República.....46
4.13.2. Visita da CNPD 47
4.13.3. Visita da ONG internacional Save The Children 47
4.13.4. Lançamento de Cartilha de Prevenção da Droga – Comissão de Coordenação do Combate à Droga 48
4.13.5. Divulgação de carta com propostas para a comemoração do dia do pai com a Rede Laço Branco Cabo Verde 49
4.13.6. Conferência sobre acolhimento e integração de refugiados na Europa - CNDHC, DGI, DGC E UNI-CV 49
4.13.7. Seminário parlamentar lusófono – Parlamentares para a Ação Global.....50

4.13.8. Atelier sobre os direitos das crianças - ACRIDES 52
4.13.9. Feira Comunitária em Cruz Mártires, Praia 52
4.13.10. Visita da organização internacional *Save The Children* 54
4.13.11. Visita da Presidente da Associação Acarinhar 54
4.13.12. XVI Fórum A Ponte 55
4.13.13. Visita da Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado da Assembleia Nacional.....55

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 56
5.1. Orçamento 56
5.2. Execução Financeira 57
5.2.1. Exercício de 2016 57

ANEXO I: Plano de Atividades da CNDHC 2016 61
ANEXO II: Ata da XXXVI Reunião Plenária da CNDHC 16
ANEXO III: Memorandos das Missões Internacionais 87

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (Decreto-Lei n.º 38/2004, artigo 8º) enuncia que "o Relatório Anual de Atividades da CNDHC é submetido ao Governo através do titular da pasta da Justiça".

Com o intuito de cumprir esta premissa, elaborou-se o presente documento contendo as principais atividades realizadas pela instituição durante o ano de 2016. Destas, destacamos o lançamento, no dia 15 de fevereiro, do programa radiofónico "Direitos Humanos e Cidadania em Foco", em parceria com a Rádio e Tecnologias Educativas (RTE). O programa pretendeu ser uma ferramenta de sensibilização e informação do grande publico sobre as varias vertentes dos direitos humanos e da cidadania.

Igualmente realçamos o lançamento, no dia 14 de dezembro, do estudo-diagnostico "O perfil dos agressores condenados por crimes sexuais contra menores: Conhecer para melhor intervir". Promovido pela CNDHC, o estudo dá a conhecer o perfil dos agressores sexuais de menores no país e pretende contribuir para o conhecimento, prevenção e intervenção das autoridades e da sociedade em geral nesses casos, numa perspetiva de promover medidas e ações de carácter preventivo.

Destacamos, por último, uma série de visitas realizadas pela recém-empossada Presidente da CNDHC à entidades e instituições governamentais e da sociedade civil sediadas na Cidade da Praia. Pretendeu-se com esta atividade sensibilizar para a importância de um trabalho conjunto na proteção e promoção de uma cultura da paz e dos direitos humanos em Cabo Verde e deste modo, alargar o leque de parceiros da Comissão na prossecução do bem comum.

Não poderíamos deixar, aqui, de referir que 2016 foi um ano de mudança tanto da Presidente da instituição como dos seus membros, o que de certo modo, terá condicionado a realização de algumas atividades, nomeadamente as reuniões plenárias e o funcionamento da CNDHC através dos grupos de trabalho.

1. PLANO DE ATIVIDADES DA CNDHC

O Plano de Atividades da CNDHC para 2016 foi preparado tendo em atenção as áreas de ação previstas no Estatuto da Comissão.

Para a sua concretização, a CNDHC contou com o financiamento do Orçamento Geral do Estado – OGE; o Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, através do *Programa Coordenação e Seguimento da Implementação das Convenções Internacionais, Projeto Seguimento e Implementação das Convenções Internacionais*. Paralelamente, a CNDHC contou com o financiamento do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) para a realização das atividades referentes ao Direito Internacional Humanitário.

1.1 . Áreas de atuação

- Educação e Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- Participação nas políticas públicas do Governo e atribuições em matéria consultiva;
- Atribuições em matéria investigativa;
- Atividades internas de reforço das capacidades.

1.2. Enquadramento e Objetivos do Plano

O Plano de Atividades da CNDHC 2016 (Anexo 1, página 58) sistematiza as atividades a que a CNDHC se propôs realizar no referido ano. Esforços foram feitos no sentido de alcançar uma concretização satisfatória das atividades, incluindo algumas transitadas de 2015 e que, por não terem sido realizadas ou

concluídas na altura, foram recuperadas para o ano seguinte, procurando, assim, a sua implementação no ano de 2016.

1.3. Objetivos Específicos

- Reforçar e realizar parcerias com ONG's, Organizações da Sociedade Civil e Instituições Governamentais que trabalham com os Direitos Humanos, para a efetivação de ações conducentes à promoção dos Direitos Humanos e elevação da Cidadania;

- Trabalhar a educação para os Direitos Humanos e a Cidadania;

- Interagir de forma sistemática e articulada com os Pontos Focais da CNDHC para os Municípios, de modo a promover o trabalho em rede;

- Desenvolver e implementar projetos voltados para os grupos vulneráveis;

- Sensibilizar o Governo para a apresentação de Relatórios em matéria de direitos humanos e coordenar esses processos;

- Reforçar a capacidade técnica da CNDHC com vista a aumentar e melhorar as respostas no quadro das suas atribuições.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1. Composição da CNDHC

O mandato da segunda Presidente da CNDHC, Dra. Zelinda Cohen, cessou em finais de 2014, cabendo-lhe, conforme o artigo 18º dos Estatutos da Comissão, continuar "o exercício de funções até a eficiente substituição ou declaração de cessação de funções". Numa cerimónia presidida pela Ministra da Justiça e do Trabalho, Dra. Janine Lélis, aconteceu no dia 17 de agosto de 2016, o ato de empossamento da terceira Presidente da CNDHC, a Dra. Zaida Morais de Freitas. A recém-empossada ressaltou como um dos objetivos para o mandato de seis anos a promoção de uma cultura de valores universais em Cabo Verde, como a não-violência, a não-discriminação, a tolerância, o respeito, a liberdade, a justiça, a participação e a dignidade da pessoa humana. Salientou ainda que é preciso fortalecer os laços entre as pessoas e entre o cidadão e o Estado, para exercer uma plena cidadania e lutar para uma sociedade digna para todos.

Em março de 2015, os Comissários empossados em 2012 igualmente cessaram os seus mandatos, sendo que, no dia 21 de outubro de 2016 aconteceu, na Cidade da Praia o empossamento de 25 Comissários. Por ocasião da XXXVI Reunião Plenária, ocorrida à 7 de dezembro do mesmo ano, mais 4 Membros da CNDHC foram empossados pela recém-nomeada Presidente da instituição.

Os Comissários cumprirão um mandato de três anos (2016 a 2019), reunindo-se em plenária de três em três meses. Como Comissários, os indigitados poderão participar nas reuniões plenárias, propor questões a serem discutidas, apresentar propostas de recomendações e pareceres, contribuir para a elaboração do relatório anual de atividades da CNDHC, cooperar no estudo de

questões ligadas aos Direitos Humanos e ser dispensados para participar nas atividades da CNDHC.

A Comissão conta com um total de 29 Membros:

1. Dulcelina Sanches Rocha – Representante do Ministério Público (MP);

2. Alfred Moreno – Representante da Igreja do Nazareno;

3. Elísia Almeida da Veiga – Representante da Igreja Católica;

4. Joanilda Lúcia Silva Alves – Representante do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV);

5. Mário Gomes Fernandes - Representante do Movimento para a Democracia (MPD);

6. Geraldo Cruz Almeida – Representante da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID);

7. Dirce Lena da Silva Melo – Representante da área da Educação;

8. Benvindo Oliveira – Representante da área da Justiça;

9. Maria de Fátima Pires Lima – Representante da área da Saúde.

10. Luís Olegário Monteiro Sanches – Representante da área dos Negócios Estrangeiros;

11. Nathalie Monteiro – Representante da área da Solidariedade Social;

12. Silvino Mário Vaz Semedo – Representante da área da Defesa;

13. Tito Cardoso – Representante da Polícia Nacional;

14. Carla Solange Lima – Representante da área da Comunicação Social (AJOC);

15. Lenira dos Santos Furtado – Representante do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA);

16. Eveline Nair Soares Tavares – Representante do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG);

17. Fernando Jorge Lopes Tavares Borges – Representante da Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos (ANMCV);

18. Eloisa Maria Évora Borges – Representante da Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV);

19. Fernando Idriça Baldé – Representante da União Nacional dos Trabalhadores Cabo-verdianos - Central Sindical (UNTC-CS);

20. Eurico Borja – Representante da Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres - Central Sindical (CCSL-CS);

21. Sheila Barbosa – Representante da Câmara de Comércio Industria e Serviços de Sotavento (CCISS)

22. Josefina Chantre – Representante da Associação das Mulheres da África Ocidental (RAMAO);

23. Manuel Júlio Rosa – Representante da Federação Cabo-verdiana das Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD);

24. Edelfride Barbosa Almeida – Representante da Associação Cabo-Verdiana para a Proteção da Família (VERDEFAM);

25. José Ramos Viana – Representante da Plataforma das Comunidades Africanas Residentes em Cabo Verde (PCARCV);

26. António Pedro Silva – Representante da Associação Regional para a Defesa do Consumidor (ADECO);

27. Dionísio Simões Pereira – Representante da Fundação das Aldeias Infantis SOS de Cabo Verde

28. Eurídice Furtado Monteiro – Cidadã designada pelo Governo

29. Marília Maísa Salazar Antunes da Silva – Cidadã designada pelo Governo

2.2. Conselho Coordenador

No mandato 2016-2019, o Conselho Coordenador - CC, é composto pela Presidente da CNDHC, Dra. Zaida Morais de Freitas e pelas Comissárias Carla Lima (representante das ONGs e Associações nacionais) e Eurídice Monteiro (representante dos departamentos governamentais).

2.3. Grupos de trabalho

Em 2016 a CNDHC não apresentava grupos de trabalho, uma vez que o mandato dos seus membros cessou em março de 2015 e não houve eleição de novos comissários até 21 de outubro de 2016.

2.4. Pessoal Permanente

O Estatuto da CNDHC prevê um quadro de pessoal permanente, composto por 9 pessoas:

TABELA 1. PESSOAL PERMANENTE DA CNDHC

N.º	NOME	FUNÇÃO
1	Zelinda Cohen/Zaida Morais de Freitas	Presidente
2	Arlindo Sanches	Assessor da Presidente
3	Marísia Nascimento	Técnica superior
4	Zoraida Fortes	Técnica superior
5	Miriam Medina	Técnica superior
6	Domingas Lopes	Contabilista
7	Irondina Monteiro	Secretária
8	Joaquim Rosa	Condutor
9	Carla Galvão	Auxiliar

À semelhança dos anos precedentes, e com o intuito de manter o reforço da equipa, permanece o contrato com a Dra. Ilda Fortes, jornalista, para o exercício da função de Assessora de Comunicação.

Manteve-se, até o dia 11 de março o contrato da jurista Helena Ferreira, posteriormente denunciado pela própria. Igualmente a secretária Irondina Monteiro denunciou o contrato em finais de outubro de 2016.

O Sr. Joaquim Gomes, condutor da CNDHC solicitou uma licença sem vencimento de 6 meses, com efeito a partir de 1 de agosto de 2016. Para colmatar a ausência do funcionário, a Comissão recorreu à afetação, através de despacho conjunto entre a Presidente da CNDHC e o Diretor Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Justiça e do Trabalho, do Sr. Anilton da Veiga, com efeito a partir de 26 de setembro de 2016.

A partir de 11 de novembro, a Comissão passou a contar, através do mecanismo Mobilidade na Administração Publica, com a jurista Thelma Indira Tavares Pereira, técnico nível I do quadro de pessoal da Direção Geral de Planeamento, Orçamento da Chefia do Governo. Dentre outras, cumpre-lhe as seguintes atribuições: atender e apresentar propostas de resolução das denuncias de violação de direitos humanos chegadas à CNDHC, elaborar projetos de recomendações e emitir pareceres, acompanhar o processo de coordenação da elaboração dos relatórios e a implementação de Tratados de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário no país e colaborar na realização e/ou ministração de formações e palestras.

3. FUNCIONAMENTO DA CNDHC

3.1. Reuniões Plenárias

A posse dos novos Comissários da CNDHC aconteceu no quarto trimestre de 2016, pelo que foi possível a realização de 1 das 4 reuniões plenárias trimestrais, previstas no artigo 13º do Estatuto da Comissão. A XXXVI Reunião Plenária aconteceu no dia 7 de dezembro de 2016 na sede da instituição em Achada Santo António, Cidade da Praia.

A Plenária iniciou com uma breve apresentação da CNDHC, as suas missões e atribuições e um resumo das atividades realizadas nos últimos anos. Seguiu-se um ponto sobre os desafios da CNDHC, nomeadamente, a aprovação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e Cidadania, o Estatuto da instituição e o reforço da sua presença a nível nacional, em todas as ilhas. O terceiro ponto da Ordem do Dia foi a eleição do Conselho Coordenador para o mandato 2016-2019. De seguida, os Comissários foram interpelados a apresentar propostas para o Plano de Atividades da CNDHC para 2017.

3.2. Reuniões dos Grupos de Trabalho

No ano de 2016 a CNDHC não apresentava grupos de trabalho, uma vez que os mandatos dos Comissários cessaram no primeiro trimestre de 2016. Contudo, alguns Comissários continuaram a colaborar com a Comissão no seguimento e tratamento dos assuntos que requeriam a intervenção das suas instituições de origem.

3.3. Reuniões internas

A CNDHC reúne mensalmente com o intuito de analisar as denúncias chegadas à instituição e concertar sobre as medidas que se impõem tendo em vista a resolução dos mesmos. Entre setembro e dezembro de 2016, foram realizadas 4 reuniões desta natureza. Por outro lado, e com a mesma periodicidade, reúne para fazer o balanço da execução do plano de atividades, tendo igualmente

realizado no mesmo espaço temporal 4 reuniões de seguimento do Plano Anual de Atividades para o ano a que este relatório se refere.

3.4 Funcionamento e constrangimentos

Um dos maiores constrangimentos enfrentados pela CNDHC foi a não realização de todas as 4 reuniões Plenárias, momento em que a instituição discute e delibera sobre questões importantes envolvendo os Direitos Humanos. O término do mandato dos Comissários, em março de 2015, levou à suspensão dessas reuniões, assim como as do Conselho Coordenador, órgão executivo da Comissão, constituído pela Presidente e por 2 vogais, nomeados entre os Comissários.

O *staff* permanente da CNDHC, continua a responder a inúmeras solicitações dos parceiros e da sociedade, entre as quais se destacam a receção de denúncias e o devido encaminhamento e seguimento das mesmas, realização de palestras e formações. A CNDHC conseguiu responder positivamente à maioria das solicitações, ficando, no entanto, por realizar uma ou outra ação prevista no seu Plano de Atividades.

4.ATIVIDADES REALIZADAS

4.1. Formações

4.1.1. Formação para preparar a instalação do departamento de Direito Internacional Humanitário na CNDHC

"A implementação do Direito Internacional Humanitário: que mecanismo para Cabo Verde" foi o título da formação que a CNDHC e o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) promoveram nos dias 18 e 19 de abril de 2016. A ação decorreu na sede da CNDHC, em Achada Santo António, e foi ministrada por Mabinta Coly e Marie Louise Tougas, juristas do CICR. Além dos técnicos da CNDHC, a formação contou com a participação de funcionários de outras instituições governamentais que lidam direta ou indiretamente com questões de DIH, nomeadamente a Direção Geral da imigração, Forças Armadas, Ministério da Justiça, Policia Nacional e Serviço Nacional da Proteção Civil – Bombeiros.

Cabo Verde assinou e ratificou os principais Tratados internacionais do Direito Internacional Humanitário, nomeadamente as Convenções de Genebra e os seus Protocolos Adicionais, assim como outros documentos que têm como principal finalidade dar assistência e proteção às vítimas dos conflitos armados. Face ao atual quadro jurídico, a formação teve como principal objetivo lançar as bases para a instalação de um departamento de Direito Internacional Humanitário (DIH), no seio da CNDHC, que cuide da matéria. Pretende-se, com a formação, reforçar as competências dos principais intervenientes governamentais em matéria de DIH, dando assim satisfação à missão da CNDHC de vigilância, alerta precoce, consultoria, monitoramento e investigação em matéria de DIH.

4.1.2. Módulo "Introdução aos Direitos Humanos"

No âmbito das atividades de capacitação dos novos animadores sociais das agências regionais do Corpo Nacional de Voluntários, a decorrer na Cidade da

Praia de 22 a 26 de fevereiro de 2016, a CNDHC recebeu um convite para ministrar um módulo sobre Direitos Humanos com a duração de 90 minutos. O convite partiu da coordenação do Corpo Nacional de Voluntários e beneficiou 5 animadores provenientes de Santiago Norte, Santiago Sul, S. Vicente, S. Nicolau e Fogo.

O programa do módulo foi trabalhado no sentido de alcançar quatro objetivos, a saber: Transmitir noções básicas de direitos humanos; conhecer e debater a história e a situação atual dos direitos humanos no mundo; dar a conhecer os instrumentos base de direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos); sensibilizar os formandos sobre a importância de cada individuo se tornar um ativista de direitos humanos. Para alcançar estes objetivos recorreu-se as seguintes metodologias: exposição oral com auxílio de PowerPoint, visionamento de vídeo e *brainstorming*

4.2. Publicações

4.2.1. Socialização do Guia do Cidadão Eleitor

Publicado pela CNDHC e pela CNE em 2010, o Guia do Cidadão Eleitor foi alvo, em 2015, de uma segunda edição atualizada. A iniciativa foi ditada por dois fatores: o esgotamento da primeira edição e a proximidade do novo ciclo de eleições, momento especialmente propício para ações de reforço da cidadania

eleitoral junto da população. A Cartilha reúne um conjunto de informações úteis acerca das normas pelas quais se regem as eleições em Cabo Verde e, no desenvolvimento do conteúdo, apela a uma participação política mais ativa e consciente. A publicação foi inteiramente financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O documento começou a ser socializado no ano passado em Portugal, com a realização de três sessões na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Dando seguimento a divulgação do guia, aconteceu em 2016, uma serie de apresentações publicas, conforme mostra a tabela:

TABELA 2. SESSÕES DE SOCIALIZAÇÃO DO GUIA DO CIDADÃO ELEITOR EM 2016

ILHA	CIDADE/VILA	DATA	LOCAL	PUBLICO-ALVO
Santiago	R. Grande	28/01/16	Liceu do Salineiro, R. Grande Santiago	158 alunos do Liceu de Salineiro
		28/01/16	Sede da Cooperativa Sulada, R. Grande Santiago	9 associados da Cooperativa
	S. Domingos	29/01/16	Escola Secundária Fulgêncio Tavares, S. Domingos	45 alunos da escola secundária
	Praia	19/02/16	Sala Multiuso da Delegação Municipal de Achada Grande Frente, Praia	21 membros da comunidade
Sal	Espargos	24/02/16	Associação Chã de Matias, Espargos, Sal	13 alunos da formação em restauração
		24/02/16	Escola Nova, Espargos, Sal	60 alunos da classe de educação de adultos
		25/02/16	Associação Chã de Matias, Espargos, Sal	39 membros da comunidade
		26/02/16	Comando da 2ª Região Militar de CV, Espargos, Sal	98 militares da 2ª Região Militar
	S. Maria	26/02/16	Escola Secundária de S. Maria, Sal	32 alunos da escola secundária
			TOTAL	**475**

4.2.2. Finalização da socialização da cartilha Cidadão Pikinoti

O *Cidadão Pikinoti* é o quarto número da coleção *Cadernos de Cidadania* da CNDHC, lançado em 2013. Tem como objetivo densificar a cidadania junto das crianças que frequentam a pré-escola e os dois primeiros anos do Ensino Básico. Desde o seu lançamento, a CNDHC tem feito apresentações da Cartilha em várias escolas do país, na perspetiva de a tornar um instrumento de apoio à educação para a cidadania nessas faixas etárias, complementando a formação da criança realizada na família e no espaço escolar.

Dado o sucesso deste instrumento de apoio aos educadores e alunos desses anos escolares, foi lançada em 2014, uma segunda edição, com uma tiragem de dez mil exemplares, financiada pelo fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Com essas duas edições, a CNDHC tem realizado apresentações da Cartilha aos professores do Ensino Básico em 2014 e 2015.

No ano de 2016 a CNDHC prosseguiu com a realização das sessões em várias escolas de EBI da ilha de Santiago, conforme tabela descritiva:

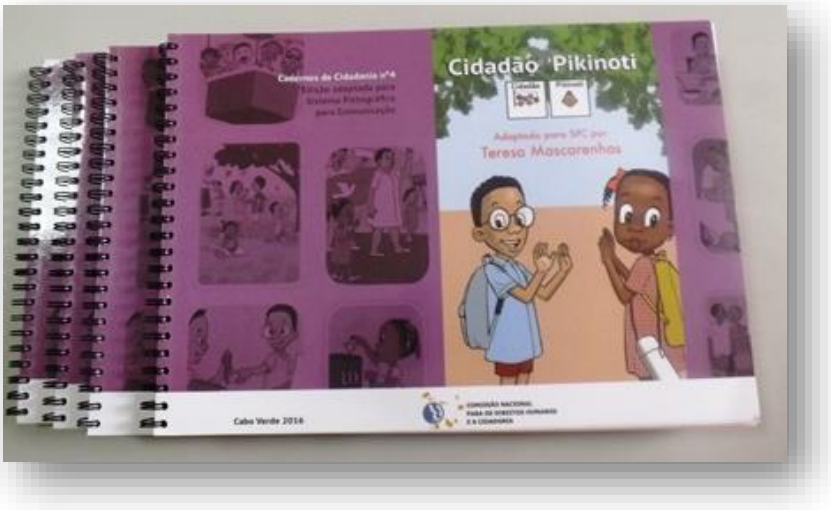
TABELA 3. SESSÕES DE SOCIALIZAÇÃO DO CIDADÃO PIKINOTI EM 2016

ILHA	CIDADE/VILA	N.º	DATA	LOCAL	EDUCADORES	CARTILHAS
Santiago	Praia	1	12/02/16	EBI n.º7, Polo 4, Calabaceira	9	298
		2	16/02/16	EBI n.º7, Polo ?, Achada Mato	7	150
		3	22/02/16	EBI n.º7, Polo ?, Paiol/Lém Cachorro	7	156
		4	25/02/16	EBI n.º?, Polo 29, São Francisco	3	62
		5	22/03/16	EBI n.º7B, Polo , Achada Grande Frente	2	38
		6	23/03/16	EBI n.º?, Polo 14/B, Eugénio Lima	6	120
		7	28/03/16	EBI n.º?, Polo 27, Safende	5	211

		8	29/03/16	EBI n.º?, Polo 27, Alto Safende	2	54
		9	29/03/16	EBI n.º?, Polo 8, Achada Grande Frente-	9	186
				TOTAL	**50**	**1275**

4.2.3. Lançamento do Cidadão Pikinoti - edição adaptada para o Sistema Pictográfico para comunicação

A CNDHC e a autora Maria Teresa Mascarenhas lançaram, no dia 23 de junho, o quarto número dos Cadernos de Cidadania, intitulado Cidadão Pikinoti - Edição adaptada para Sistema Pictográfico para Comunicação. O evento decorreu no Auditório da Caixa Económica de Cabo Verde, na Cidade da Praia.



A versão adaptada do Cidadão Pikinoti destina-se a crianças com necessidades especiais, e pretende disponibilizar um recurso didático para a comunidade educativa e não só, contribuindo assim para uma maior inclusão social das crianças com deficiência.

A brochura foi apresentada pela docente Ana Morais, numa cerimónia presidida pela Ministra da Família e Inclusão Social, Maritza Rosabal, e que contou ainda com as intervenções da então Presidente da CNDHC, Zelinda Cohen; da autora da adaptação, Maria Teresa Mascarenhas; e da Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ulrika Richardson.

4.2.4. Lançamento do SOS Planeta Terra – Construindo a Cidadania Ecológica

SOS Planeta Terra – Construindo a cidadania ecológica é o título da cartilha lançada no dia 11 de novembro, na Cidade da Praia. É o quinto número da coleção Cadernos de Cidadania. A sua temática centra-se no ambiente e na crise ecológica, abordando os problemas ambientais globais e as suas manifestações em Cabo Verde, almejando contribuir para a construção da cidadania ecológica no país. A cartilha resulta de uma parceria entre a CNDHC e a Direção Nacional do Ambiente (DNA), sendo que a ultima financiou a sua elaboração e edição.

O evento contou com as presenças da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas e da representante da Direção Nacional do Ambiente, Sónia Araújo. Estiveram ainda presentes as autoras da cartilha Zelinda Cohen e Alcina Gabriela. A apresentação e comentários sobre a obra estiveram a cargo do jurista Casimiro de Pina. O programa incluiu ainda uma breve dramatização sobre temas ambientais com o grupo teatral CV Nóia.

O evento reuniu na mesma sala as 3 Presidentes da CNDHC, a primeira, Dra. Vera Duarte, que comandou a CNDHC desde a sua criação em 2004 até 2007, Dra. Zaida Morais de Freitas,

recém-nomeada e a segunda, Dra. Zelinda Cohen, que foi Presidente entre 2008 e 2016.

4.3. Entrega do Prémio Nacional de Direitos Humanos 2015

O artigo 5º, alínea c do Estatuto da CNDHC, elucida que cabe a CNDHC "instituir um prémio nacional para os direitos humanos que destaque uma instituição, personalidade, ou um estudo cientifico que tenha contribuído para o aprofundamento dos direitos humanos em Cabo Verde." Cumprindo este ditame, decorreu no dia 8 de abril de 2016, no auditório do Centro Cultural Português, Cidade da Praia, a gala de entrega do Prémio Nacional de Direitos Humanos 2015. O evento contou com a presença de ilustres convidados, entre representantes do corpo diplomático, entidades governamentais e a sociedade civil.

A então Presidente da CNDHC, Zelinda Cohen, e a Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ulrika Richardson, proferiram breves palavras no início da cerimónia. Durante cerca de uma hora e meia, foram conhecidos os vencedores, menções honrosas e financiadores do Prémio Nacional Direitos Humanos 2015.

O evento contou com alguns momentos culturais: a jovem violinista Priscila Ramos iniciou e encerrou o evento, com a interpretação dos temas "Bote, broce e linha" de Renato Cardoso e "Imagine" de Jonh Lenon. Além disso, interpretou ainda o tema "We are theWorld", de Michael Jackson. "Divagações de uma Morna", "Sol Maior" e "Batuque para Ancestrais" foram os temas executados pelo pianista Ricardo de Deus, todos de sua autoria. A gala contou ainda com uma apresentação da Escola de Dança Nicole Azevedo. O evento terminou com todos os Vencedores e Menções Honrosas em palco, que receberam um grande aplauso do público presente.

O Prémio Nacional de Direitos Humanos contou com o apoio do Sistema das Nações em Cabo Verde; do Banco Interatlântico; da Unitel T+; do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação e do Gabinete do Primeiro-Ministro. Segue tabela dos vencedores de 2015:

TABELA 4. LISTA DE VENCEDORES DO PRÉMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 2015

CATEGORIA	N.º	PREMIADO
Personalidade	1	Maria Isabel Alves "Misá"
Estudo Científico	2	Dionara Amparo dos Anjos Graça – Estudo Políticas Públicas Cabo-Verdianas contra a Violência Baseada no Género
	3	Carlos Alexandre Bellino Sacadura – Menção Honrosa, Capítulo 4º *Educação Para a Cidadania e os Direitos Humanos*, da obra da sua autoria Estudos Sobre Filosofia da Educação na Perspetiva da Ciência, da Arte e dos Valores
ONG	4	Aldeias Infantis SOS de Cabo Verde (Diretor Nacional Dionísio Pereira)
Combate à Violência e Promoção da Cultura da Paz	5	Associação Delta Cultura de Cabo Verde (Gerente do Centro de Educação do Tarrafal: Florian Wegenstein)
	6	Associação Pilorinhu – Menção Honrosa (Presidente João José Tavares Monteiro)

4.4. Programa radiofónico "Direitos humanos e cidadania em foco"

A CNDHC lançou no dia 15 de fevereiro o programa "Direitos Humanos e Cidadania em Foco". Resultante da uma parceria com a Rádio e Tecnologias Educativas (RTE), o programa é veiculado na mesma rádio, às segundas-feiras, pelas 16 horas, com reposição às quartas-feiras pelas 19 horas e os sábados pelas 10 horas, nas seguintes frequências: 101.5 – São Vicente (Mindelo); 102.3 – Interior de Santiago, Maio, e Mosteiros (Fogo); 103.1 – Praia, São Filipe (Fogo), Tarrafal de Santiago, Santo Antão, Sal e São Nicolau e 106.1- Brava e Boavista.

Com caracter quinzenal, o programa é inteiramente financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Inicialmente previa-se um pacote de 24 programas com a duração de 15 minutos. Uma vez que os programas veiculados acabaram por ter a duração de quase 30 minutos, optou-se por terminar a primeira fase do projeto no 19º programa.

Segue resumo dos programas já veiculados:

TABELA 5. PROGRAMAS VEICULADOS DURANTE A PRIMEIRA FASE DO PROJETO

N.º	TEMA	CONVIDADO	DATA
1	O trabalho desenvolvido pela CNDHC	Zelinda Cohen - Presidente da CNDHC	15/02/16
2	ONU e as áreas prioritárias de atuação em CV	Ulrica Richardson - Coordenadora residente da ONU CV	29/02/16

3	O voto e o exercício da Cidadania	Maria Rosário Gonçalves - Presidente da CNE	14/03/16
4	Abordagem Baseada nos Direitos Humanos na Planificação	Maritza Formisano - Formadora profissional e especialista em DH	30/03/16
5	Testemunho dos promotores do Prémio Nacional Direitos Humanos 2015 e dos financiadores da edição	Zelinda Cohen Ulrica Richardson Ana Paula Carioca - UNITEL T+ António Correia e Silva - MESCI	11/04/16
6	Reação dos vencedores do Prémio Nacional Direitos Humanos 2015 E dos que receberam as Menções Honrosas	Mizá -Artista plástica Dionara dos Anjos da Graça – Investig. FlorianWegenstein – Ass. Delta Cultura Carlos Belino Sacadura- UNICV	25/04/16
7	Direito Internacional Humanitário	Arlindo Sanches - Jurista da CNDHC	09/05/16
8	Imigração em CV	Carmen Barros – Dir. Ger. Imigração Sona Candé – Pr. da Assoc. de Estudantes e Investigadores Guineenses em CV	25/05/16
9	A realidade da comunidade LGBT em CV	Claudia Rodrigues - Investigadora Vanilde Furtado – ONU Mulher	06/06/16
10	Direitos das crianças em CV	Marilena Baessa – Presidente do ICCA	22/06/16
11	Direitos das crianças com deficiência em Cabo Verde	Isabel Moniz – Presidente da Associação Colmeia	04/07/16
12	A Rede de Prevenção ao Abuso Sexual de S. Antão	Sueli Santos - Psicologa e Coord. da rede Lourença Tavares – Presidente ACRIDES	18/07/16
13	A reinserção social dos ex-reclusos	Maria Paula Fortes – Diretora Geral de Gestão Prisional e Reintegração Social	19/09/16
14	Os novos desafios da CNDHC	Zaida Morais de Freitas – Presidente da CNDHC	03/10/16
15	Os direitos dos idosos	Maria Madalena Tavares – Coordenadora do Centro da 3ª Idade da CVCV Praia	17/10/16
16	Os direitos dos doentes mentais		31/10/16

		Aguinaldo Monteiro – Autor de estudo na área da doença mental	
17	O direito à vida	Bernardino Gonçalves – Ativista social	14/11/16
18	A equidade de género	Paulino Moniz – Secretário executivo da Rede Laço Branco Cabo Verde	28/11/16
19	O dia Internacional dos direitos humanos	Zaida Morais de Freitas – Presidente da CNDHC Outros – Lamine Fati (ACUB)	12/12/16

4.5. Apresentação pública do Estudo-diagnostico sobre o perfil dos condenados por crimes de agressão sexual contra menores

"O perfil dos agressores condenados por crimes sexuais contra menores: Conhecer para melhor intervir" é o título do estudo diagnóstico promovido pela CNDHC. A apresentação pública decorreu no dia 14 de dezembro, na sala de conferências do Hotel Pérola, na Cidade da Praia.

O ato contou com as intervenções da Presidente da CNDHC, Dra. Zaida Morais de Freitas; da Chefe do Departamento de Programa da Bornefonden, Maria do Livramento Silva; e da Representante Adjunta do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Illaria Carnevali.

O estudo foi apresentado pela equipa de consultoras, constituída por Carla Corsino, Dionara Anjos e Francisca Freyre, que analisaram os aspetos jurídicos, sociológicos e psicológicos dos condenados por agressão sexual de menores em Cabo Verde. Pretendeu-se, com a realização do estudo conhecer o perfil dos agressores sexuais de menores no país e contribuir para o conhecimento, prevenção e intervenção das autoridades e da sociedade em geral nesses casos. A perspetiva é que este processo deve incidir não só nos planos curativo das vítimas e punitivo dos agressores, mas também em medidas e ações de carácter preventivo.

A realização do estudo em Cabo Verde foi motivada pelo número de casos de violação sexual que se tem verificado, compreendendo a exploração e o abuso sexual de menores, que constituem uma violação grave dos direitos humanos das crianças. A iniciativa vem complementar outros estudos sobre a violência sexual já realizados por outras entidades nacionais.

O projeto contou com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, da *Bornefonden* e do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente. Foram ainda fundamentais as parcerias com a Direção Geral dos Serviços Prisionais e de Reintegração Social, ao qual assinou um protocolo com a CNDHC

o Conselho Superior da Magistratura Judicial, a Procuradoria Geral da Pública, a Polícia Judiciária, a Comissão Nacional de Proteção de Dados e o Comité Nacional de Ética para Pesquisa em Saúde.

O ato de apresentação pública contou ainda com a participação do psicólogo português Ricardo Barroso, com ampla experiência no estudo das caraterísticas e especificidades dos agressores sexuais. O especialista apresentou uma comunicação sobre as várias tipologias de agressores e as características psicológicas típicas, e também fazer uma análise comparativa tendo em conta os resultados do estudo em Cabo Verde.

4.6. Ciclo de visitas de cortesia às instituições

Com o objetivo de sensibilizar para a importância de um trabalho conjunto na proteção e promoção de uma cultura da paz e dos direitos humanos em Cabo Verde, a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas realizou uma série de visitas a várias entidades e instituições governamentais e da sociedade civil sediadas na Cidade da Praia.

4.6.1. Primeiro-ministro de Cabo Verde

A Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, reuniu-se no dia 4 de outubro, com o Primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva. O encontro decorreu no Palácio do Governo, na Cidade da Praia.

Durante o encontro, apresentaram-se algumas das preocupações da CNDHC nas áreas da sua competência, já que a instituição funciona como um órgão consultivo e de monitoramento a nível dos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Cidadania.

4.6.2. Provedor de Justiça

No dia 7 de outubro, a Presidente da CNDHC reuniu-se com o Provedor de Justiça de Cabo Verde, António Espírito Santo e alguns elementos da sua equipa.

Durante o encontro, as duas instituições trocaram ideias sobre as atividades em curso, de modo a delinear novas formas de reforço da parceria.

A Dra. Zaida Morais de Freitas, defendeu "que as duas instituições trabalham com as mesmas questões e com a mesma temática, num âmbito de intervenção diferente, mas que exige a junção de sinergias para fazer face aos problemas que vão surgindo". Para o Provedor de Justiça, António Espírito Santo, a intensificação de trocas de informações entre as duas instituições pode garantir que os direitos dos cidadãos sejam cada vez mais salvaguardados.

4.6.3. Centro da 3ª idade da CVCV na Praia

Para assinalar o Dia Internacional do Idoso, comemorado à 1 de outubro, a Presidente da CNDHC realizou no dia 12 de outubro uma visita ao Centro da Terceira Idade da Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV) na Cidade da Praia. A Presidente da CNDHC foi

recebida pela coordenadora da área da Terceira Idade da Cruz Vermelha, Madalena Tavares. A comitiva da CNDHC foi constituída pelos técnicos Arlindo Sanches, Ilda Fortes, Marísia Nascimento e Zoraida Fortes.

Durante a visita, Zaida Morais de Freitas aproveitou para conversar com alguns dos funcionários e idosos beneficiários do centro. Foram ainda entregues ao centro alguns exemplares das publicações da CNDHC, nomeadamente os Cadernos de Cidadania e os Documentos DH. O ato teve como finalidade conhecer as instalações, o funcionamento e os desafios do centro, assim como eventuais projetos para o futuro.

Paralelamente, pretendeu-se explorar possibilidades de colaboração entre a CNDHC e a Cruz Vermelha na promoção dos direitos das pessoas idosas, uma vez que a presidente da CNDHC elegeu a terceira idade como um dos grupos prioritários que gostaria de trabalhar durante o seu mandato.

4.6.4. Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde

Ainda no âmbito da série encontros que a Presidente da CNDHC tem tido com várias instituições nacionais, aconteceu uma visita de cortesia à Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ulrika Richardson. O ato decorreu no dia 14 de outubro e durante o encontro, as duas dirigentes abordaram diversas questões relacionadas com as áreas de atuação da CNDHC. O objetivo principal foi reforçar os laços de cooperação existentes entre as duas instituições,

explorando possibilidades de novos projetos e áreas a trabalhar, pois as Nações Unidas são uma das mais importantes organizações internacionais de promoção e proteção dos Direitos Humanos, sendo uma das grandes parcerias da CNDHC na realização de diversos eventos e projetos.

A Presidente da CNDHC aproveitou ainda para apresentar algumas das suas principais preocupações em matéria de proteção e promoção dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Humanitário e do reforço da Cidadania em Cabo Verde.

4.6.5. Ministra da Educação

A Dra. Zaida Morais de Freitas, reuniu-se no dia 17 de outubro, com a Ministra da Educação, Maritza Rosabal. Durante a reunião, focou-se sobretudo nas questões da educação e promoção dos direitos humanos e a cidadania nos estabelecimentos de ensino. O encontro teve ainda como objetivo sensibilizar para a importância de um trabalho conjunto na proteção e promoção de uma cultura da paz e dos Direitos Humanos em Cabo Verde.

4.6.6. Diretor Nacional da Polícia Nacional

O Diretor Nacional da Polícia Nacional recebeu, no dia 20 de outubro, a Presidente da CNDHC. O encontro contou ainda com as participações dos Superintendentes Tito Barros e José Rui Alves. Da parte da CNDHC estiveram

também presentes o jurista Arlindo Sanches e a Assessora de Comunicação Ilda Fortes.

Durante o encontro, o Superintendente-Geral Emanuel Estaline Moreno e a Dra. Zaida Morais de Freitas exploraram possibilidades de projetos conjuntos entre as duas instituições.

Além de apresentar algumas das prioridades da CNDHC, nomeadamente a aprovação do Segundo Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania, a Presidente da CNDHC reiterou a disponibilidade da instituição em prosseguir com a participação na formação de agentes policiais, como tem acontecido há alguns anos, com a ministração de 20 horas sobre direitos humanos no curso de formação de novos agentes.

O Superintendente-Geral Emanuel Estaline Moreno mostrou-se interessado em prosseguir com a parceria e em explorar novas possibilidades de colaboração entre as duas instituições, no sentido de reforçar sinergias para trabalhar problemas complexos relacionados com a criminalidade no país. Assim, as duas instituições mostraram-se disponíveis para explorar possibilidades de projetos futuramente, no sentido de reforçar a cooperação.

4.6.7. Procurador geral da República

A Presidente da CNDHC reuniu-se, no dia 20 de outubro, com o Procurador Geral da República, Óscar Tavares.

Durante o encontro, a Presidente da CNDHC aproveitou para reiterar algumas das prioridades da instituição nos próximos tempos, focando-se, mais uma vez,

na aprovação do segundo Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania, que contempla ações com instituições judiciais, nomeadamente a realização de formações e reciclagem de competências, entre outras.

O Procurador Geral da República enalteceu a ideia, mostrando-se aberto para a realização de ações de formação e de partilha de experiências entre as instituições. Além disso, Óscar Tavares destacou a importância de se reforçar a sensibilização dos atores judiciais sobre questões de proteção dos direitos das pessoas. No final, ficou o compromisso de as instituições pensarem em projetos conjuntos, reforçando assim a cooperação já existente.

4.6.8. Presidente do ICCA

No dia 25 de outubro, a Dra. Zaida Morais de Freitas reuniu-se com a Presidente do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA). Zaida Morais de Freitas e Maria José Alfama abordaram vários aspetos relacionados com a promoção e proteção dos direitos da criança em Cabo Verde. Entre outros temas, falou-se do estudo

promovido pela CNDHC sobre o perfil dos agressores sexuais contra menores, que conta com o apoio do ICCA. No final, as duas instituições manifestaram interesse em reforçar as parcerias já existentes.

4.6.9. Diretora Nacional de Educação

Dando seguimento aos encontros e visitas com representantes de várias instituições nacionais, a Presidente da CNDHC reuniu-se, no dia 2 de novembro, com a Diretora Nacional da Educação.

Durante o encontro, Zaida Morais de Freitas e Adriana Mendonça abordaram alguns aspetos relacionados com a educação para os direitos humanos e a cidadania nos estabelecimentos de ensino em Cabo Verde. No final da reunião, que contou ainda com as presenças dos técnicos da CNDHC Arlindo Sanches, Ilda Fortes e Zoraida Fortes, ficou aberta a possibilidade de estreitar a colaboração entre as duas instituições, uma vez que de acordo com o Estatuto da CNDHC, a instituição tem atribuições em matéria de Educação, podendo realizar e promover iniciativas que sirvam para educar, formar e incentivar o respeito pelos direitos humanos, direito internacional humanitário e cidadania.

Um dos aspetos previstos é a participação da CNDHC na elaboração dos currículos escolares, em todos os níveis de ensino, que sirvam para a divulgação, formação e conscientização para as áreas de atuação da instituição.

4.6.10. Serviço de Psiquiatria - Extensão Trindade do Hospital Dr. Agostinho Neto

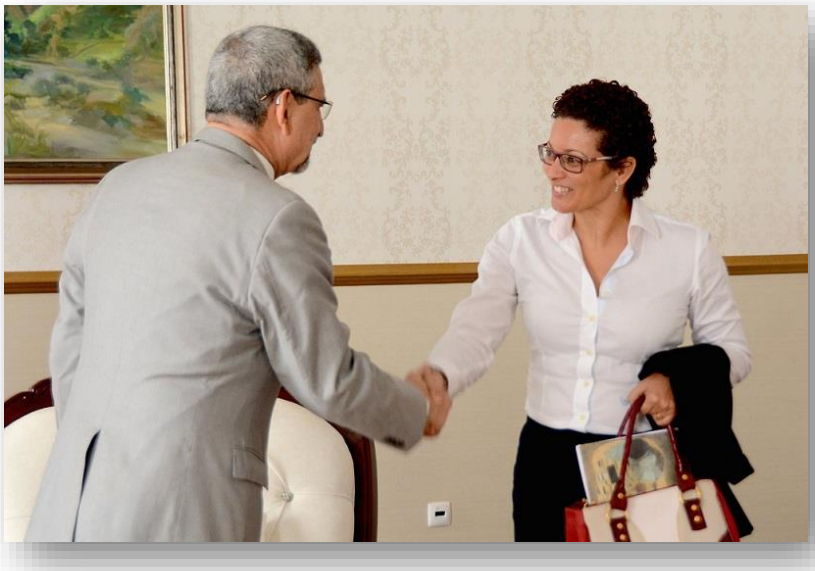
Uma equipa da CNDHC visitou, no dia 3 de novembro, o Serviço de Psiquiatria – Extensão Trindade do Hospital Dr. Agostinho Neto, na Cidade da Praia. Além da Presidente, Zaida Morais de Freitas, a comitiva da CNDHC foi constituída pelos técnicos Arlindo Sanches, Ilda Fortes e Marísia Nascimento. A equipa foi recebida pela Diretora do Serviço, Dra. Francisca Lima, que fez uma visita guiada às instalações e explicou o funcionamento da instituição.

Posteriormente, foi realizada uma reunião com vários funcionários do serviço, onde foram apresentados alguns constrangimentos e foram feitas propostas de ações concretas a serem desenvolvidas em parceria com a CNDHC. No final da visita, foram perspetivadas possibilidades de cooperação entre as duas entidades na promoção e proteção dos direitos das pessoas com doença mental.

4.6.11. Presidente da República

A convite da Presidência da República, a Presidente da CNDHC reuniu-se com o Chefe de Estado, Jorge Carlos Fonseca, à 19 de dezembro. Durante o encontro, a Dra. Zaida Morais de Freitas elencou algumas das preocupações e prioridades da CNDHC, nomeadamente a aprovação do novo Estatuto da

Comissão e do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania para Cabo Verde.



No final, o Presidente da Republica mostrou-se disponível para colaborar com a CNDHC na resolução dessas e outras pendências relacionadas com os direitos humanos em Cabo Verde.

4.6.12. Cadeia Militar em Achada Eugénio Lima

No dia 20 de dezembro, a CNDHC visitou a Cadeia Militar situada em Achada Eugénio Lima, Cidade da Praia. A visita teve como propósito conhecer melhor a nova estrutura prisional militar. No local, a comitiva da CNDHC foi recebida pelo Promotor de Justiça Militar e pelo Comissário da CNDHC representante das Forças Armadas, o Tenente Coronel Silvino Semedo. Durante a visita, o Promotor de Justiça fez a apresentação das instalações e das celas e foi possível à equipa da CNDHC conversar com os reclusos no intuito de conhecer melhor as suas

preocupações. Da conversação com os responsáveis pelo estabelecimento militar e com os reclusos ficou evidente a necessidade de realizar mais formações e palestras aos militares no tocante à sua atuação e interação com a sociedade bem como mais formações profissionais aos reclusos, de acordo com a sua vocação profissional.

4.7. Palestras, oficinas e ações de sensibilização

Ao longo do ano, a CNDHC, por iniciativa própria ou a convite de instituições diversas (governamentais e não-governamentais), realiza ações de sensibilização e educação para os direitos humanos e a cidadania. As escolas e as comunidades constituem-se nas principais beneficiárias. A relação abaixo de palestras e oficinas realizadas não engloba as efetuadas no âmbito de projetos específicos como é o caso da socialização da cartilha *Cidadão Pikinoti* e o *Guia do Cidadão Eleitor*.

Segue registo das principais ações de informação e sensibilização ministradas em 2016:

TABELA 6. PALESTRAS E OFICINAS REALIZADAS EM 2016

N.º	TEMA	DATA	LOCAL	PUBLICO-ALVO
1	Palestra "Direitos Humanos e Cidadania"	27/01/16	UNI-CV, Praia	13 alunos do curso de Ciências da Educação da UNI-CV
2	Palestra "Paternidade Responsável"	29/03/16	Cadeia Central da Praia, S. Martinho	30 reclusos do estabelecimento prisional
3	Palestra "Direitos Humanos, Direitos e Deveres Fundamentais"	26/05/16	Escola da Fundação Infância Feliz, Calabaceira, Praia	17 alunos do 11º ano da Escola da Fundação Infância Feliz
4	Palestra "Direitos Humanos, Direitos e Deveres Fundamentais"	27/05/16	Escola Secundária Manuel Lopes, Calabaceira, Praia	72 alunos do 11º ano da Escola Secundária Manuel Lopes
5	Oficina "Direitos Humanos e Cidadania"	21/06/16	Escola EBI n.º 2, Salineiro, Ribeira Grande de Santiago	33 alunos do 5º e 6º ano da Escola EBI de Salineiro
6	Oficina "Direitos Humanos e Cidadania"	22/06/16	Centro Cultural, Ribeira Grande de Santiago	30 alunos do 5º e 6º ano da escola EBI da Cidade velha
7	Oficina "Direitos Humanos e Cidadania"	23/06/16	Escola EBI, S. João Batista, Ribeira Grande de Santiago	36 alunos do 5º e 6º ano da Escola EBI de S. João Batista
8	Palestra "Direitos Humanos e Cidadania"	12/07/16	Centro Cultural Brasil-Cabo Verde, Palmarejo, Praia	6 alunos de uma turma de alfabetização de imigrantes
9	Palestra "Direitos Humanos e Cidadania"	13/07/16	Centro Cultural Brasil-Cabo Verde, Palmarejo, Praia	14 alunos de uma turma de alfabetização de imigrantes
10	Oficina "A cidadania, a sociedade e os jovens"	14/10/16	Centro Socioeducativo Orlando Pantera, Praia	8 jovens afetos ao centro
11	Oficina "Os direitos humanos e a cidadania"	17/10/16	Escola Secundária Fulgêncio Tavares, S. Domingos	48 alunos do 9º, 11º e 12º
12	Oficina "Os direitos humanos e a cidadania"	17/10/16	Escola Secundária Fulgêncio Tavares, S. Domingos	52 alunos do 7º e 8º
13	Oficina "Os direitos humanos e a cidadania"	24/10/16	Escola Secundária Olegário Tavares, S. Miguel	27 alunos do 7º e 8º ano
14	Oficina "Os direitos humanos e a cidadania"	26/10/16	Escola Secundária Olegário Tavares, S. Miguel	25 alunos do 9º e 10º ano
15	Oficina "Os direitos humanos e a cidadania"	28/10/16	Escola Secundária Olegário Tavares, S. Miguel	24 alunos do 11º e 12º ano

16	Palestra O direito à vida – Cidades pela Vida 2016	21/11/16	Escola Secundária Regina Silva, Praia	89 alunos do 8º ano
17	Palestra O direito à vida – Cidades pela Vida 2016	22/11/16	Escola Secundária Regina Silva, Praia	33 alunos do 8º ano
18	Palestra O direito à vida – Cidades pela Vida 2016	25/11/16	Escola Secundária de A. Grande Frente, Praia	22 alunos do 10º ano
19	Oficina "Os direitos humanos e a cidadania"	29/11/16	Centro Socioeducativo Orlando Pantera, Praia	11 jovens afetos ao centro
20	Palestra sobre a cartilha "Un mundu pa nos tudu"	03/12/16	Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino da Costa, Praia	60 alunos do 7º ano
			TOTAL	**650**

4.8. Realização de uma colónia de ferias em Achada Mato, Praia

A CNDHC e a Associação Internacional de Estudantes (AIESEC) realizaram um campo de férias no bairro de Achada Mato, na Cidade da Praia. A iniciativa teve o seu inicio no dia 02 de agosto, das 9h30 as 11h30 e destinou-se a cerca de 50 crianças com idades compreendidas entre os 2 e 11 anos.

O projeto teve como principais objetivos ocupar o tempo livre das crianças e transmitir noções básicas de cidadania. O programa incluiu uma série de atividades relacionadas com a cidadania, visitas de

estudo, artes plásticas, música, dança, desporto, reciclagem entre outras.

A iniciativa enquadrou-se no Programa de Intercâmbio Internacional, promovido pela AIESEC, com a participação de duas estudantes para um estágio, como voluntárias, no âmbito do campo de férias.

A cerimónia de encerramento da colónia de ferias aconteceu à 9 de setembro, pelas 10 horas na Escola EBI do bairro, local onde decorreu uma boa parte das atividades e contou com a presença das Presidentes da CNDHC Zelinda Cohen e Zaida Morais de Freitas.

4.9. Denúncias: Atendimento, tratamento e seguimento de casos

Das alegadas violações dos direitos humanos que chegaram ao conhecimento da CNDHC, em 2016, a Comissão tratou 40 denúncias, sendo 36 referentes a casos novos e 4 recebidos em anos anteriores cujo tratamento se prolongou. Como tem acontecido nos anos anteriores, a maioria das denúncias provêm de pessoas do sexo masculino, perfazendo um total de 22 (55%). As vítimas do sexo feminino constituem 40% das denúncias recebidas, num total de 16 casos. Além das denúncias feitas em nome individual, a CNDHC recebeu 2 casos de denúncias em nome coletivo (5%). Estas últimas referem-se a grupos de crianças de ambos os sexos.

A maioria dos queixosos (33; 82,5%) residem no Concelho da Praia, sendo as zonas mais recorrentes Achada S. António (com 6 casos), Ponta d'Agua (3 casos) e Safende (3 casos). Os restantes encontram-se distribuídos pelos Concelhos de Ribeira Grande de S. Antão (2), S. Vicente (2), S. Cruz (1), Sal (1) e além-fronteiras, Portugal (1).

No tocante à nacionalidade dos queixosos, 37(92,5%) tem a nacionalidade cabo-verdiana. Registaram-se, ainda, entre as alegadas vítimas, imigrantes a residir no país com as seguintes nacionalidades: cubana, guineense e dupla nacionalidade cabo-verdiana e são-tomense (um caso por nacionalidade). As denúncias recebidas foram enquadradas em categorias, conforme a tabela 7:

Tabela 7. DENÚNCIAS TRATADAS PELA CNDHC NO ANO DE 2016

CATEGORIA	N.º CASOS	%
Direito à saúde (física e mental)	12	30
Direito da criança	6	15
Outros	6	15
Realização da justiça	5	12,5
Assistência judiciária	3	7,5
Direito do emigrante	3	7,5
Direito laboral	3	7,5
Direito à educação	2	5
TOTAL	**40**	**100**

No ano de 2016 a categoria "direito à saúde" recebeu o maior numero de casos (12 ou 30% do total tratado), destes, 3 se referem a saúde mental. As categorias "Direito da criança" e "Outros" obtiveram 6 casos cada (15% do total, cada categoria). A categoria "Outros refere-se a casos isolados de VBG, Abuso de autoridade e agressão policial, Direito à habitação, Apoio social, Direito da pessoa com deficiência e Queixa contra o estado em matéria de indemnização.

A categoria "Realização da justiça" contou com um total de 5 casos (12,5%). As categorias "Assistência judiciária", "Direito do emigrante" e "Direito laboral", obtiveram cada uma 3 ocorrência (7,5% cada). Por ultimo a categoria "Direito à Educação" obteve 2 ocorrências (5%).

No que se refere ao seguimento das denúncias, no ano de 2016 a Comissão cuidou diretamente de 85% dos casos recebidos (34). Os restantes, dada a sua natureza, foram encaminhados a outras instituições, sendo que, dependendo da sua especificidade, continuaram a ser alvo de seguimento, em simultâneo, pela CNDHC. Dos casos recebidos e tratados no corrente ano, 27 (48%) foram encaminhados às outras instituições.

No ano em questão, 22 das denúncias recebidas (55% do total), foram feitas pela própria vítima, 14 (35%) foram encaminhadas por instituições publicas e

privadas, 3 (7,5%) foram recebidas através dos *Media* e 1 (2,5%) chegou através de um familiar da vítima.

4.10. Comemoração do dia internacional dos direitos humanos

"Defenda os direitos de alguém hoje" é o slogan instituído pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para assinalar o 10 de dezembro de 2016 – Dia Internacional dos Direitos Humanos. Reporta-se à data em que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamando os seus princípios como o "ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações".

Para assinalar a efeméride, a CNDHC promoveu a realização de três marchas em simultâneo nas Cidades da Praia (Santiago), Mindelo (São Vicente) e Sal Rei (Boa Vista). Com concentração no largo do estádio da Várzea, na Praça Dom Luís e em frente à Shell, respetivamente, as marchas contaram com a participação essencialmente de escolas, entidades e a sociedade civil.

Na ilha de São Vicente, a marcha foi realizada em parceria com a Escola Salesiana de Artes e Ofícios, Associação dos Psicólogos de Cabo Verde (APCV) e Associação para a Defesa do Consumidor (ADECO). Na ilha da Boa Vista, o evento contou com a parceria da Associação Comunitária Unidos pela Boa Vista (ACUB). Na cidade da Praia, a marcha culminou na zona de Quebra Canela, com a realização de uma Feira de direitos humanos, que contou com a participação de quase vinte instituições que trabalham a temática dos direitos humanos.

A realização das atividades foi assegurada pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde. Além disso, algumas empresas associaram-se à iniciativa, nomeadamente a Tipografia Santos, a Cabo Verde Telecom, a Tecnicil Indústria, a Sapo CV, a Record Cabo Verde, a Proteção Civil, as Forças Armadas e a Escola Básica Eugénio Tavares entre outros.

4.11. Coordenação da elaboração dos relatórios dos Pactos e Convenções internacionais

No âmbito do artigo 6º, alínea b do Estatuto da CNDHC, referente as atribuições em matéria consultiva, cabe a Comissão "coordenar a preparação dos relatórios a serem apresentados pelo governo aos órgãos e comités das Nações unidas e às instituições regionais sobre a implementação dos instrumentos internacionais e regionais de Direitos Humanos e de Direito Internacional Humanitário". Neste contexto, a 24 de outubro a CNDHC firmou um contrato de prestação de serviço com a jurista Liriam Kiyomo Tiujo Delgado, visando a elaboração e apresentação do Relatório Especifico sobre o estado de implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. O contrato tem a duração de 3 meses, com efeito a partir da data da sua assinatura, sendo que os honorários da consultora são pagos diretamente pelo Escritório Comum do PNUD, UNICEF e UNFA de Cabo Verde.

No dia 21 de novembro foi igualmente assinado um contrato nos mesmos moldes do anterior, com uma equipa de 3 consultoras constituída pela Dra. Clara Mendes de Barros, psicóloga; Dra. Leida Helena Maurício dos Santos, jurista e Dra. Carla Maria Corsino Monteiro, socióloga. O contrato visa regular a elaboração e apresentação do Relatório do Documento de Base Comum, o Relatório Especifico do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais (PIDESC) e o Relatório periódico da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Está prevista a entrega das versões finais dos relatórios em janeiro de 2017.

Para a efetivação da coordenação dos trabalhos, a CNDHC realizou vários encontros e trocas de mensagens via correio eletrónico com as quatro consultoras.

4.12. Missões Internacionais realizadas

4.12.1. Naivasha e Nairobi, Quénia

Entre os dias 11 e 16 de setembro de 2016, aconteceu nas cidades de Naivasha e Nairobi, Quénia, o 20º Curso de Formação em Direito Internacional Humanitário para profissionais e decisores políticos, organizado pela Delegação Regional do Comité Internacional da Cruz Vermelha do Quénia. O Escritório Regional do Comité Internacional da Cruz Vermelha sedeada em Dakar financiou a participação do jurista da CNDHC, Arlindo Sanches no curso.

A atividade, que entre várias temáticas especificas, abordou a importância e os desafios do Direito Internacional Humanitário (DIH); o conflito armado, a obrigação do Estado em matéria da implementação do DIH e o direito penal internacional, contou com a participação de formandos de vários países, nomeadamente, Estados Unidos, Austrália, Sudão, Somália e Quénia.

4.12. 2. Dakar, Senegal

A Presidente da CNDHC, Dra. Zaida Morais de Freitas, participou na Conferência Regional sobre o terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo a Procedimentos de Comunicação (OP3CRC) na África Ocidental e Central. Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 19 de dezembro de 2011, tendo entrado em vigor a 14 de abril de 2014, o documento permite às crianças a possibilidade de acederem à justiça a nível internacional, nomeadamente no que se refere à apresentação de denúncias diretamente a instituições internacionais.

A conferência foi promovida pela Plan International, em parceria com a International Coalition Ratify OP3CRC e a IHRDA, e com o apoio dos governos da Alemanha e Suécia. O evento decorreu na Cidade de Dakar, Senegal, de 14 a 15 de novembro e teve como principal objetivo promover um maior conhecimento do OP3CRC, nomeadamente no que se refere: à sua importância para as crianças, como é que se integra na proteção das crianças e como pode promover um maior acesso à justiça, e como é que ele completa os outros mecanismos de implementação dos direitos humanos.

Pretendeu-se, desta forma, que os participantes ficassem dotados de conhecimentos que lhes permitam desenvolver estratégias para promover a ratificação desse terceiro protocolo nos respetivos países, uma vez que na região da África Ocidental e Central, apenas um Estado já ratificou o OP3CRC, sendo que Cabo Verde ainda não o fez.

Durante a sua estadia na Cidade de Dakar, a Dra. Zaida Morais de Freitas aproveitou para reunir-se com representantes do Escritório Regional da África Ocidental do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Andrea Ori e Daniel Atchebro.

4.12.3. Genebra, Suíça

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) realizou, de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2016, em Genebra – Suíça, uma reunião universal das comissões e outras instâncias nacionais de direito internacional humanitário.

Sobre o lema "reforçar a proteção nos conflitos armados através do direito interno e das políticas nacionais", a reunião contou com a participação de representantes de quase todos os países e continentes. A CNDHC esteve representado pelo Dr. Arlindo Sanches, Assessor Jurídico na instituição.

O objetivo geral da reunião foi de proporcionar a interação entre as comissões nacionais de Direito Internacional Humanitário (DIH) e possibilitar a troca de experiências sobre as atividades desenvolvidas e perspetivar o futuro.

A reunião teve ainda como finalidade apoiar o estabelecimento e o funcionamento de comissões nacionais de DIH, e discutir o papel e o contributo desses órgãos no desenvolvimento da legislação interna, políticas, estratégias e planos de ação sobre questões relacionadas com a proteção nos conflitos armados e com a implementação das obrigações dos Estados no âmbito do DIH.

Por outro lado, pretendeu-se ainda promover a discussão e identificar formas de promover a implementação interna dos resultados - Resoluções/ compromissos - da 32ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

A reunião decorreu em forma de sessões plenárias e trabalhos de grupo, sendo que cada grupo teve ao seu encargo a discussão de temas específicos e apresentação das conclusões em plenário.

Foi recomendado aos Estados a criação de uma comissão interministerial para a proteção dos bens culturais e a criação de uma estrutura específica de DIH e não atribuir a responsabilidade pela promoção do DIH às Comissões Nacionais de Direitos Humanos.

4.13. Atividades com parceiros

4.13.1. Campanha Nacional de Prevenção do Uso Abusivo do Álcool – Presidência da República

A CNDHC é uma das entidades parceiras da Presidência da República na campanha nacional de prevenção do uso abusivo do álcool. O lançamento foi feito no dia 1 de julho, na Cidade da Praia.

A campanha conta com a parceria de várias instituições nacionais, incluindo associações e organizações da sociedade, bem como organismos internacionais sedeados em Cabo Verde.

Neste âmbito, foi constituída uma equipa multidisciplinar para conduzir debates e

reflexões sobre vários assuntos de natureza económica e social com o propósito de conhecer melhor e de se identificar a forma mais adequada de se contribuir para a erradicação ou redução do alcoolismo no país.

4.13.2. Visita da Comissão Nacional de Proteção de Dados

A CNDHC recebeu, à 13 de abril, a visita da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Durante a visita, o Presidente da CNPD fez a apresentação da instituição e das suas atribuições, tendo feito referência ao fato da instituição ser independente na sua atuação. Por seu turno, a então Presidente da CNDHC Zelinda Cohen fez o enquadramento da CNDHC, das suas atribuições e do trabalho que tem desenvolvido.

Abordou-se ainda a necessidade de as duas instituições se articularem com mais frequência na medida em que, por um lado a CNDHC recebe denúncias que pode conter dados pessoais e que requerem algum cuidado no seu tratamento e acesso e, por outro, a CNPD tem a missão de controlar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais.

Durante o encontro, a Presidente da CNDHC fez referência ao Projeto do "Estudo Diagnóstico sobre o Perfil dos Agressores Condenados por Crimes Sexuais Contra menores: Conhecer para melhor intervir" tendo o Presidente da CNPD solicitado que a CNDHC envie o pedido de autorização para a realização do referido estudo.

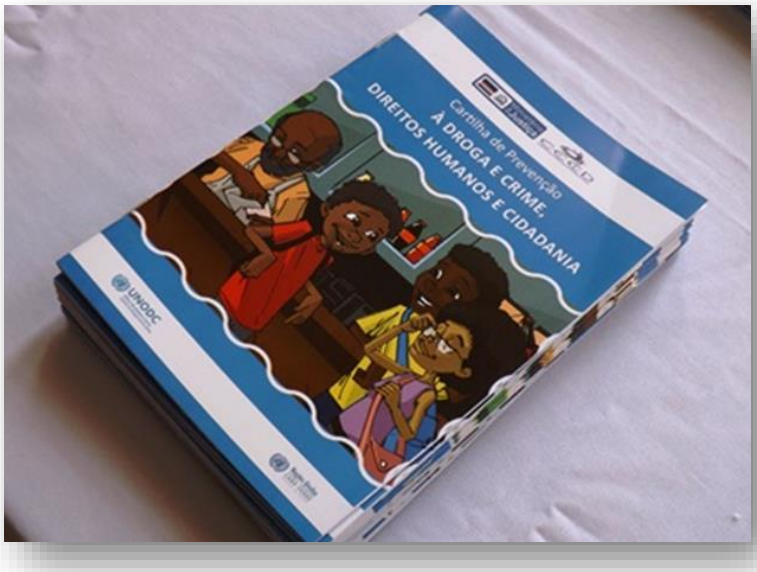
4.13.3. Visita da ONG internacional Save The Children

Com o objetivo de conhecer a CNDHC e o seu papel de promover e proteger os direitos da criança no país, no dia 4 de maio, a CNDHC recebeu uma visita da organização internacional *Save The Children*. Durante o encontro, a organização manifestou interesse em colaborar com o país no que tange a elaboração dos

relatórios da Convenção sobre os Direitos da Criança e na formação dos membros da futura Comissão Interministerial responsável pela elaboração das exposições. A *Save The Children* mostrou-se ainda disponível em colaborar na criação de um observatório da criança.

4.13.3. Lançamento de Cartilha de Prevenção da Droga – Comissão de Coordenação do Combate à Droga

"Cartilha de Prevenção à Droga e Crime, Direitos Humanos e Cidadania" é o título da obra apresentada no passado dia 15 de junho, no Liceu Domingos Ramos, na Cidade da Praia. O ato contou com a presença da CNDHC, através das técnicas Marísia Nascimento e Zoraida Fortes.



A CNDHC foi uma das entidades que prestou apoio técnico à cartilha, que foi promovida pela Comissão de Coordenação do Combate à Droga (CCCD) e a Direção Nacional do Ensino (DNE), em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (ONUDC).

A cartilha destina-se aos alunos dos estabelecimentos de ensino secundário e contém uma forte componente informativa, de caracter científico, ressaltando ainda a linguagem simples e direta. Pretende-se que o documento seja um instrumento de apoio, que doravante os professores terão em mãos, que lhes permitirá trabalhar a prevenção na disciplina de Educação para a Cidadania e noutras.

4.13.4. Divulgação de carta com propostas para a comemoração do dia do pai com a Rede Laço Branco Cabo Verde

No âmbito da comemoração do Dia do Pai, assinalada a 19 de março, a CNDHC e a Laço Branco Cabo Verde (LBCV) divulgaram uma carta alusiva à efeméride.

O objetivo foi chamar a atenção para algumas formas de comemoração do Dia do Pai nas escolas, jardins infantis e em família.

Em 2013 a CNDHC promoveu, em parceria com diversas entidades, uma campanha intitulada "Ami ê Pai". Durante a campanha, foram realizadas várias atividades com o objetivo de chamar a atenção dos homens e da sociedade em geral para a importância do exercício pleno da Paternidade. A Laço Branco foi uma das entidades parceiras, sobretudo na realização de conversas comunitárias sobre o tema, realizadas em todas as ilhas do país.

4.13.5. Conferência sobre acolhimento e integração de refugiados na Europa - CNDHC, DGI, DGC E UNI-CV

"Os Estados Europeus face ao desafio do acolhimento e integração dos refugiados" foi o título da conferência promovida pela CNDHC, Direção Geral da Imigração (DGI), Direção Geral das Comunidades (DGC) e Universidade de Cabo Verde (UNI-CV).

A iniciativa decorreu no dia 26 de abril na UNI-CV, Auditório do Campus do Palmarejo, Cidade da Praia. Pretendeu-se, com a conferência, promover a reflexão sobre os desafios do acolhimento e integração de refugiados, visto ser uma realidade ainda pouco conhecida e insuficientemente debatida em Cabo Verde.

Assim, a partir da experiência portuguesa e europeia, entende-se que poder-se-á conhecer melhor o fenómeno, o que poderá ajudar a elucidar e a preparar o país para eventuais ocorrências. A conferência foi ministrada por Rui Marques, mentor da Plataforma de Acolhimento dos Refugiados em Portugal, Presidente do Instituto Padre António Vieira e ex-Alto Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural de Portugal.

4.13.6. Seminário parlamentar lusófono – Parlamentares para a Ação Global

A CNDHC participou, nos dias 18 e 19 de julho, num Seminário Parlamentar Lusófono sobre a ratificação e implementação do Tratado sobre o Comércio de Armas. O evento foi promovido pela organização Parlamentares para a Ação Global – PGA, e decorreu na sala de sessões da Assembleia Nacional na Cidade da Praia.

A CNDHC esteve representada pelo Jurista Arlindo Sanches, que foi um dos oradores do primeiro painel sobre a ratificação e implementação do Tratado sobre o Comércio de Armas no em Cabo Verde.

Na sua intervenção, no dia 18 de julho, este falou sobre as atribuições da CNDHC, a sua composição e o seu papel na coordenação da elaboração dos relatórios das convenções de Direitos Humanos (DH) e de Direito Internacional Humanitário (DIH) a serem apresentados pelo Governo.

Foi abordado ainda o estado de ratificação da referida Convenção por parte do Estado de Cabo Verde, informando que o processo se encontra na sua fase final, faltando apenas proceder ao depósito do instrumento de ratificação na Secretária-geral das Nações Unidas. O jurista falou ainda do papel da CNDHC na monitorização da implementação dos tratados de DH e DIH no país e das recomendações que a instituição pode fazer às autoridades competentes nas situações de incumprimento das disposições de algum tratado.

O seminário teve como objetivo capacitar os participantes, os membros de Parlamentos e representantes de Governos de países de língua portuguesa e permitir a partilha de informações relativas às medidas tomadas para a ratificação e implementação do Tratado sobre o Comércio de Armas nos diferentes países. Além disso, a iniciativa previa a elaboração de um Plano de Ação e estabelecimento de medidas concretas a serem tomadas pelos participantes após a conclusão do seminário.

4.13.7. Atelier sobre os direitos das crianças - ACRIDES

A Presidente da CNDHC presidiu a abertura de um atelier sobre direitos das crianças, promovido pela Associação de Crianças Desfavorecidas (ACRIDES), no dia 14 de setembro, na Cidade da Praia. Durante o seu discurso, a Dra. Zaida Morais de Freitas destacou alguns avanços em Cabo Verde no que se refere ao respeito pelos Direitos das Crianças, mas reconheceu que é preciso consolidar a mobilização de todos os intervenientes nas questões relacionadas com a infância.

Intitulado "Atelier de Capacitação dos Membros do Conselho Diretivo da Coalizão Nacional para os Direitos da Criança Cabo-verdiana sobre a Programação baseada nos Direitos da Criança", o evento foi promovido pela ACRIDES e pela organização internacional Save the Children.

4.13.8. Feira Comunitária em Cruz Mártires, Praia

Com o objetivo de sensibilizar a população da localidade de Cruz Mártires, Ponta d'Agua, Praia sobre temas como direitos humanos, cidadania, saúde, emprego/ empreendedorismo entre outros, aconteceu, no dia 17 de setembro, a partir das 10h30, uma feira comunitária.

A CNDHC participou na atividade, onde dispunha de um stand para disposição e distribuição das publicações e estabelecimento de contato com os visitantes da feira. Ainda no mesmo âmbito, a CNDHC foi entrevistada pela Rádio Voz de Ponta d'Agua, e durante 5-7 minutos informou sobre o nosso objetivo ao participar da feira, os materiais e serviços disponibilizados e as nossas impressões sobre a feira.

Foram ainda distribuídos 33 *flyers* da CNDHC; 33 Guias do Cidadão Eleitor; 25 Cartilhas do Munícipe Atento; 14 brochuras Prémio Nacional de Direitos Humanos 2011; 12 cartilhas Cidadão Pikinoti; 10 Convenções Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e membros das Suas Famílias; 10 Convenções contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes; 10 Pactos Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e 10 Pactos internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

Para além da CNDHC, estavam presentes instituições como Associação de Prevenção do Alcoolismo, Centro de Saúde de Ponta d'Agua, CCCD/Coalizão Antidroga de Ponta d'Agua, Cruz Vermelha de CV, Rádio Comunitária Voz de Ponta d'Agua, Solmi - Microfinanças, Verdefam, entre outras.

4.13.9. Visita da organização internacional *Save The Children*

A CNDHC recebeu, no dia 20 de setembro, uma visita da organização internacional *Save The Children* acompanhada da Presidente da Acrides, Dra. Lourença Tavares. Esta referiu que a Save The Children esteve em Cabo Verde no mês de maio e que manifestou interesse em apoiar o país na elaboração do relatório da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). A Save The Children reforçou a necessidade de se elaborar não só o relatório da CDC mas também o relatório à Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança. A organização internacional manifestou ainda o interesse em prestar apoio técnico com a vinda de um especialista para colaborar na elaboração do relatório.

4.13.10. Visita da Presidente da Associação Acarinhar

A CNDHC recebeu a Presidente da Associação Acarinhar - Dra. Teresa Mascarenhas no dia 20 de setembro. O objetivo da visita foi de avaliar a possibilidade de continuidade da parceria existente entre a CNDHC e a Presidente da associação e fazer o ponto de situação de uma visita realizada pela Acarinhar à ilha do maio.

A Presidente da Acarinhar manifestou interesse em continuar a parceria com a CNDHC (edição do Cidadão Pikinoti para o Sistema Pictográfico de Comunicação - SPC), agora para a tradução da mesma publicação para o braile. Referiu ainda que, no âmbito da visita à ilha do maio deparou-se com algumas situações preocupantes de famílias com pessoas com deficiência no seu seio e a necessidade de conhecer melhor a realidade da deficiência em Cabo Verde.

4.13.11. XVI Fórum A Ponte

"Cidadania, Responsabilidade Cívica e Saúde Mental para todos" foi o título da comunicação apresentada pela Presidente da CNDHC no XVI Fórum A Ponte. A Dra. Zaida Morais de Freitas participou no primeiro painel do Fórum, que aconteceu no dia 10 de outubro, na Cidade da Praia.

Durante a sua comunicação, a Presidente da CNDHC enunciou alguns dos mais importantes documentos internacionais que indicam os princípios para a assistência médica, no sentido de garantir a dignidade das pessoas com doença mental. Alertou para o facto do exercício de uma cidadania plena e ativa pressupor uma boa saúde mental, pois a consciência dos direitos e obrigações de um cidadão são fundamentais para que os mesmos sejam respeitados. O XVI fórum A Ponte decorreu sob o lema "Dignidade em Saúde Mental: Primeiros Socorros Psicológicos e Saúde Mental para todos" e marcou o Dia Mundial da Saúde Mental, assinalado anualmente a 10 de outubro.

4.13.12. Visita da Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado da Assembleia Nacional

No âmbito da preparação do debate sobre a situação da justiça em Cabo Verde, no ano judicial 2015/2016, a CNDHC recebeu, no dia 12 de outubro de 2016, pelas 16h, uma visita da *Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais,*

Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado da Assembleia Nacional. O encontro teve como principal objetivo inteirar-se do funcionamento da CNDHC, assim como dos constrangimentos que a mesma enfrenta no cumprimento das suas atribuições.

Durante a visita, foram abordadas questões relacionadas com os estatutos e o orçamento da CNDHC e a sua relação com os diversos organismos do Estado, nomeadamente a Provedoria de Justiça. Constituiu ainda objeto de discussão a necessidade de independência da CNDHC face ao Governo.

A CNDHC aproveitou para apresentar algumas preocupações e desafios que o país enfrenta a nível dos Direitos Humanos tendo apelado para que haja a afetação de mais recursos para a Comissão, de forma a incrementar o cumprimento das suas atribuições em matéria de proteção e promoção dos direitos humanos, a nível nacional.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

5.1. Orçamento

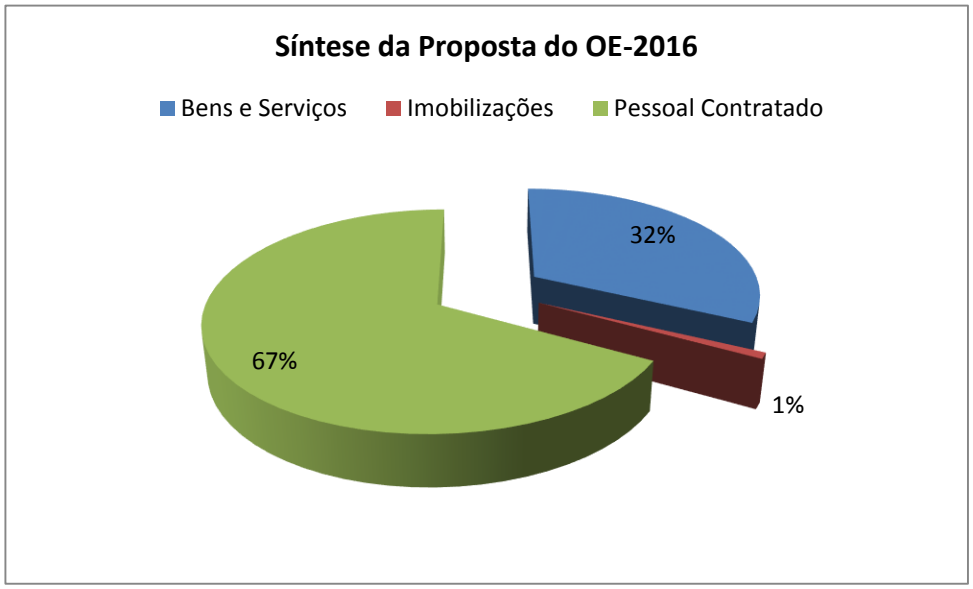
O presente relatório pretende apresentar de forma sucinta a situação da execução financeira da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) relativa ao ano de 2016.

O orçamento da CNDHC é financiado pelo Tesouro no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE) e tem enquadramento no Subprograma "Direitos Humanos e Garantia do Acesso a Justiça e ao Direito" do Programa do Governo "Promoção da Defesa do Interesse Coletivo".

A dotação do orçamento para 2016 foi de 16 726 282 CVE, dotação a qual manteve-se constante em relação ao ano precedente.

O Gráfico I, seguinte, apresenta a proposta do orçamento para 2016 por grandes rubricas.

GRÁFICO 1. SÍNTESE DA PROPOSTA DO OE-2016



A performance de execução financeira alcançada em 2016 foi de 96,47% considerada satisfatória face à previsão para o mesmo ano.

5.2. Execução Financeira

5.2.1. Exercício de 2016

A proposta do orçamento da CNDHC para 2016 foi de 16 726 282 CVE

A Tabela I, seguinte, define resumidamente as principais rubricas económicas e a sua utilidade no financiamento das despesas correntes da CNDHC.

TABELA 8. PROPOSTA DO OE-2016 DETALHADO POR RUBRICA

DESPESA	DESCRIÇÃO
02.01.01.01.03 - Pessoal Contratado	Engloba as remunerações de indivíduos providos por contrato. Compreende remunerações de trabalhadores ou firmas independentes a ser contratado a prazo para desenvolvimento de tarefas específicas.
02.01.01.02.02 – subsídios permanentes	Engloba apenas os subsídios criados poe lei e cujos quantitativos estejam legalmente fixados e sejam devidos regularmente.
02.01.01.02.04 – Gratificações Eventuais	Incluem os abonos auferidos a título de gratificações, criadas por lei, e cuja efetivação esteja condicionada à quantidade de serviço ou à verificação de determinados requisitos inerentes ao mesmo, como por exemplo, as senhas de presença.
02.01.02.01.01 – Contribuições para a Segurança Social	Engloba as despesas de encargos que o Estado paga como entidade patronal, nomeadamente com saúde, pensões, abonos de família, quotizações para a previdência social e outros encargos de segurança social e que são suportados com o agente servidor, nos termos da lei.
02.02.01.01.02 - Combustíveis e Lubrificantes	Engloba combustíveis e lubrificantes para o veículo automóvel destinado a realização das atividades da Comissão.
02.02.01.00.05 - Material de Escritório	Engloba as despesas com a aquisição de materiais de consumo corrente de secretaria, nomeadamente papeis, impressos, tintas para fotocopiadoras e impressoras, CD's, canetas, lápis etc.
02.02.02.00.01 - Rendas e Alugueres	O montante inscrito destina-se a cobrir as despesas mensais com arrendamento do edifício aonde funciona as instalações da Comissão.
02.02.02.00.03 - Comunicações	Engloba as despesas com a comunicação, nomeadamente, por telefone, fax, Internet, correios etc.
02.02.02.00.06 – Energia elétrica	Engloba as despesas com o consumo de eletricidade.
02.08.01 - Seguros	Seguro obrigatório automóvel

02.02.01.01.03 – Material de Limpeza, Higiene e Conforto	Constitui encargos com produtos e serviços de limpeza, higiene e conforto nas instalações da CNDHC.
02.02.02.00.09 - Deslocações e estadias	Engloba as despesas com a alimentação, alojamento e transporte, nomeadamente, aquisição de bilhetes de passagem, ajudas de custo, despesas com concessão de vistos e outras relacionadas com as viagens e deslocações previstas na lei. Nas viagens é considerado o itinerário mais curto e económico. As ajudas de custo são previstas e atribuídas dentro dos limites estabelecidos na respetiva lei em vigor.
02.02.02.09.09 - Outros serviços	Outros fornecimentos e serviços prestados por empresas e entidades externas não enquadráveis nas rubricas anteriores
02.06.02.01.01 – Quotas a Organismos Internacionais Correntes	Estão incluídas transferências para organismos internacionais, pelo que nesta classificação se deverão incluir as despesas com essas mesmas transferências e que estão assumidas ser efetuadas durante o exercício económico.
02.02.02.00.02 – Conservação e Reparação de bens	Compreende todas as despesas (incluindo os custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados) a satisfazer trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.
02.07.02.01.09 – Outros benefícios sociais em numerários	Englobam todos os benefícios pagos pelo Estado, as despesas que decorrem do auxílio prestado a crianças, jovens, mulheres, pessoas idosas, incapacitados e outros grupos vulneráveis ou em situações de risco.
02.02.01.09.09 - Outros Bens	Inclui todos os bens que, pela sua natureza, não se enquadram em qualquer das antecedentes, considerando-se ainda os encargos com a aquisição de rações para animais que não sejam para abate.
02.02.01.00.09 – Material de transporte – peças	Engloba as despesas com aquisição de material diverso que sirva para efetuar a conservação e reparações em equipamentos e máquinas.
03.01.01.02.03. - Equipamentos administrativos, sociais e mobiliários diversos	Abarca as despesas com aquisição de equipamentos administrativos, social e mobiliário diverso.

A Tabela seguinte elucida, o resumo da execução financeira referente ao ano de 2016, por categoria.

TABELA 9. EXECUÇÃO DO OE-2016

			VARIAÇÃO			
RUBRICA ECON.	**DESIGNAÇÃO**	**PREVISTO**	**(+)**	**(-)**	**REALIZADO**	**SALDO**
02.01.01.01.03	Pessoal Contratado	11.222.931		1.080.027	9.901.862	241.042
02.01.01.02.02	Subsídios Permanentes	672.000	126.000		798.000	0
02.01.01.02.04	Gratificações Eventuais	97.609	52.391		110.000	40.000
02.01.02.01.01	Contribuições para a Segurança Social	1.260.301	1.334.564		2.594.865	0
02.02.01.00.05	Material de Escritório	165.583	60.000		225.273	310
02.02.01.00.09	Material de Transporte - Peças	36.000			35.000	1.000
02.02.01.01.02	Combustíveis e Lubrificantes	200.000	140.000		240.000	100.000 *
02.02.01.01.03	Material de Limpeza, higiene e Conforto	0	36.701		36.170	531
02.02.01.09.09	Outros Bens	50.000			9.400	40.600
02.02.02.00.01	Rendas e alugueres	754.000		736.521	17.479	0
02.02.02.00.02	Conservação e Reparação de Bens	120.000	420.000		539.141	859
02.02.02.00.03	Comunicações	431.649	160.000		539.692	51.957
02.02.02.00.05	Água	95.000			94.715	285
02.02.02.00.06	Energia Elétrica	400.000		160.000	194.925	45.075
02.02.02.00.09	Deslocações e estadas	150.000	100.000		181.635	68.365*
02.02.02.01.00	Vigilância e Segurança	118.800		118.800	0	0
02.02.02.01.01	Limpeza, Higiene e Conforto	50.000		36.701	13.299	0
02.02.02.01.03.01	Assistência técnica - Residentes	555.329		555.329	0	0
02.02.02.09.09	Outros Serviços	150.000	150.000		299.852	148
02.06.02.01.01	Quotas a Organismos Internacionais	33.080			33.080	0
02.07.02.01.09	Outros Benefícios sociais em Numerários	0	18.800		18.800	0
02.08.01	Seguros	14.000		1.078	12.922	0
03.01.01.02.03.01	Equipamento Administrativo - Aquisições	150.000	90.000		240.000	0
TOTAL		**16.726.282**	**2.688.456**	**2.688.456**	**16.136.110**	**590.172**

*-Foram mantidos cativos 120.000 CVE referentes às rubricas "Deslocações e Estadas" e "Combustíveis e Lubrificantes", pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública.

ANEXO I: Plano de Atividades da CNDHC 2016

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA

PLANO DE ATIVIDADES DA CNDHC

ANO 2016

Ação 1: EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Coordenadora Geral de Execução: Marisia Nascimento

Atividades Planeadas	Cronograma				Parceria	Financiadores Possíveis	Orçamento (ECV)	Coordenador(a) /Responsável	Pessoal de Apoio	Resultados esperados
	1.ºT	2.ºT	3.ºT	4.ºT						
1.1. Realização de Palestras sobre Direitos Humanos e Cidadania e socialização das publicações da CNDHC junto das escolas, comunidades e outras instituições, a nível nacional.	X	X	X	X	E. Secundárias E.B.I. E. Superiores ONG's Associações Outros	CNDHC NU		**ZF** MN	IF MM MN IM	**a)** Alunos, comunidades e instituições com o domínio de determinados conceitos e mais sensibilizados para as causas dos D.H e da Cidadania; **b)** Cultura pela paz difundida; **c)** Publicações da CNDHC melhor conhecidas;

1.2. Realização de ciclo de palestras e atividades lúdicas no Centro Socioeducativo Orlando Pantera		X	X		CSOP/DGRS	CNDHC		**MN** ZF	ZF IF	**a)** Adolescentes do centro informados e sensibilizados sobre os valores dos DH e práticas de Cidadania.
1.3. Realização de ciclo de palestras aos alunos do Curso de Alfabetização de Imigrantes residentes em Cabo Verde		X	X	X	Associação de Estudantes e Investigadores Guineenses Residentes em Cabo Verde (AEIG-CV)	CNDHC		**AS** ZF	IF	**a)** Imigrantes do curso de alfabetização mais informados e sensibilizados sobre os valores dos DH e práticas de Cidadania.; **b)** Imigrantes do Curso de alfabetização com melhores conhecimentos acerca dos direitos e deveres dos imigrantes; **c)** Imigrantes melhor integrados na sociedade cabo-verdiana.
1.4. Divulgação das Convenções de Direitos Humanos e das recomendações dos respetivos relatórios e do UPR, nos diferentes Concelhos do país		X	X	X		NU		**HF** AS	MM ZF IF	**a)** Sessões de divulgação realizadas junto da sociedade civil e autoridades; **b)** Implicações das Convenções e recomendações melhor conhecidas.

										c) Sociedade cabo-verdiana mais esclarecida em matéria de direitos humanos.
1.5. Publicação e socialização do II Plano Nacional de Acão Para os Direitos Humanos e a Cidadania	X	X	X			NU		**HF** AS	IF ZF MM	**a)** Documento aprovado pelo Conselho de Ministros; **b)** Brochura editada e socializada; **c)** População e instituições públicas e privadas com maior conhecimento das diretrizes nacionais em matéria de DHC.
1.6. Edição e Socialização da Cartilha do Ambiente – Cadernos de Cidadania n.º 5		X	X	X	DGA - MAHOT	DGA - MAHOT	2.668.127,65	**IF** MM	IM ZF MM	**a)** Cartilha revista, ilustrada e editada; **b)** Cartilha socializada e distribuída. c) Sociedade cabo-verdiana mais sensibilizada para as questões ambientais.

1.7. Publicação da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com deficiência na Série Documentos DH.			X	X		NU		**IF** MN	AS MM IM	**a)** Convenção publicada; **b)** Convenção divulgada; c) sociedade cabo-verdiana mais informada sobre os direitos das pessoas com deficiência e mais sensibilizada para a inclusão social.
1.8. Reedição da DUDH		X				NU		**IF**	AS	**a)** DUDH publicada e divulgada; **b**) Sociedade cabo-verdiana com maior conhecimento do conteúdo e valor desse documento;
1.9. Produção e Publicação da Brochura Prémio Nacional DH: Edições 2013 e 2015.			X			NU		IF MN	IM	**a)** Brochura produzida e divulgada; **b)** Prémio Nacional DH melhor conhecido.
1.10. Elaboração e Implementação do Plano de Comunicação da CNDHC	X	X	X	X		NU		IF MN	ZC	**a)** Plano elaborado e implementado; **b)** Sistema de Comunicação da CNDHC aperfeiçoado.
1.11. Realização de um pacote de 24 programas					Rádio Educativa	NU		IF MM	AS HF	**a)** Conteúdos de DHC gravados e difundidos;

radiofónicos sobre DHC na Rádio Educativa e rádios comunitárias	X	X	X	X						**b)** População mais informada e sensibilizada em matéria de DHC. c) Cidadania dos cabo-verdianos densificada.
1.12. Parceria na elaboração de um spot sobre a tolerância na convivência com os imigrantes			X	X	DGI	DGI		ZC IF	MM	**a)** Spot produzido e difundido; **b)** Sociedade sensibilizada para a boa convivência com os imigrantes e mais inclusiva;
1.13. Produção e veiculação de spot sobre o direito à vida		X	X	X	Radio educativa	NU		IF MM	ZC	**a)** Spot produzido e difundido; **b)** Sociedade mais sensibilizada e atenta ao direito à vida.
1.14. Execução do Projeto Praça de Acessibilidade em Achada S. Filipe	X	X	X	X	CMP	CMP		ZC ZF	MM	**a)** Protocolo com a CMP assinado; **b)** Projeto financiado; **c)** Projeto executado. d) Pessoas com deficiência beneficiadas com um espaço de lazer; e) Sociedade cabo-verdiana mais atenta ao valor da inclusão social das pessoas com deficiência.

1.15. Participação na Rede de Parceiros dos Centros de Intervenção Comunitária dos Bairros do Brasil, Kelém e Fonton	X	X	X	X	CIC-BB CIC-F CIC-K Aldeias S.O.S. FCS			MM ZF	M.N.	**a)** População dos bairros mais esclarecidas sobre DHC; **b)** Direitos da criança mais respeitados nas comunidades; **c)** Cidadania densificada nos bairros.
1.16. Participação no Projeto "Campanha de Prestação de Serviços nas Comunidades – Cidadania Móvel 2016"		X			ICCA			MM MN	M.N. Z.F.	**a)** Comunidades com mais conhecimento das instituições e acesso aos serviços; **b)** Comunidades mais informada sobre os direitos humanos e da criança; **c)** CNDHC com maior conhecimento das comunidades e situações de vulnerabilidade.

1.17. Criação de um Centro de Documentação em DH na sede da CNDHC	X	X	X	X				IM DB	I.F.	**a)** Centro de Documentação da CNDHC criado; **b)** Temáticas dos DH, Cidadania e DIH melhor divulgadas; **c)** Instituição fortalecida.
1.18. Atribuição do Prémio Nacional de DH 2015	X	X			NU	NU		AS IF	IF MM IM	**a)** Concurso realizado; **b)** Gala realizada; **c)** Prémios atribuídos; **d)** População mais conhecedora das boas práticas existentes em Cabo Verde em matéria de DHC.
1.19. Realização de um Fórum Internacional de Direitos Humanos			X	X		NU		HF AS	MM IF	**a)** Situação dos DH refletida;
1.20. Formação de voluntários sobre os direitos dos idosos		X	X		PNV DGSS Voluntários das NU	NU		MM ZF	IF AS	**a)** Formação realizada; **b)** Voluntários melhor preparados para trabalhar com os idosos;

Ação 2: PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO E ATRIBUIÇÕES EM MATÉRIA CONSULTIVA

Atividades Planeadas	Cronograma				Parceria	Financiadores Possíveis	Orçamento (ECV)	Coordenadores	Responsáveis Execução	Resultados esperados
	1.ºT	2.ºT	3.ºT	4.ºT						
2.1. Formação aos profissionais da saúde em "Direitos Humanos"			X	X	MS	NU		HF AS	MM ZF	**a)** Formação realizada; **b)** Princípios e valores dos DH. assimilados pelos Profissionais de saúde; c) direito à saúde melhor realizado;
2.2. Estudo Diagnóstico sobre o Perfil dos agressores condenados por crimes sexuais		X	X	X	DGPRS	Bornefonden ICCA PNUD		HF AS	IM IF MM	**a)** Projeto financiado; **b)** Estudo-diagnóstico sobre condenados por crimes sexuais realizado; **c)** Recomendações encaminhadas às autoridades pertinentes.
2.3. Participação na REDE VBG/ REDE SOL	X	X	X	X	ICIEG Rede Sol			HF MN		**a)** Rede VBG consolidada; **b)** Maior consciência social do problema; **c)** Maior nº de vítimas com casos devidamente encaminhados e tratados;

										e) Mecanismos de apoio às vítimas melhor implementados; **f)** Agressores das vítimas de VBG consciencializados.
2.4. Participação no Conselho Nacional da Família	X	X	X	X	MJEDRH			ZC MM		**a)** Famílias mais capacitadas para o cumprimento da sua função social; **b)** Vulnerabilidades familiares reduzidas.
2.5. Participação nas Reuniões Ordinárias do Conselho Superior da Comissão de Coordenação do Combate à Droga	X	X	X	X	CCCD			ZC	ZF	**a)** Perspetiva dos DHC melhor incorporada nos trabalhos da CCCD; **b)** Vulnerabilidades em matéria de toxicodependência e alcoolismo reduzidas.
2.6. Participação no CNI e nos grupos de trabalho da DGI	X	X	X	X	DGI			AS ZF		**a)** Perspetiva dos DHC melhor incorporada nos trabalhos do CNI e dos GT; **b)** Comunidade imigrada melhor integrada na sociedade cabo-verdiana;
2.7. Participação na Comissão de decisão de casos de Retorno Voluntário	X	X	X	X	DGI DGSS MIREX DEF			ZC		**a)** Casos de imigrantes candidatos ao RV devidamente avaliados; **b)**Retornos voluntários concretizados.

2.8. Finalização e socialização do *draft* do Relatório Inicial da Convenção Sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias			X	X	NU	NU		HF AS	MM IF	**a)** Relatório inicial elaborado, socializado e apresentado ao MJ; **b)** Situação dos trabalhadores migrantes e famílias melhor conhecida; **c)** Diálogo com o Comité CIPDTM iniciado.
2.9. Finalização e socialização do *draft* do Relatório Inicial da *Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos, Cruéis, Desumanos ou Degradantes*		X	X		NU	NU		HF AS	MM IF	**a)** Relatório inicial elaborado, socializado e apresentado ao MJ; b) Situação do país melhor conhecida no quadro da Convenção; c) Diálogo com o Comité CAT iniciado.
2.10. Apoio na criação da Comissão interministerial para a elaboração dos relatórios e seguimento das recomendações do UPR e das Convenções	X	X			MJ	MJ NU		ZC HF	AS IF MM	**a)** Comissão interministerial criada; **b)** Relatórios de Convenções de DH elaborados; **c)** Recomendações monitoradas pelo Comité e pela CNDHC;

2.11. Criação de departamento de DIH na CNDHC		X	X		CICR CVCV	CICR		ZC HF	AS IF	**a)** Estrutura criada na CNDHC. **b)** CNDHC fortalecida e melhor dotada para trabalhar a temática dos DIH. **c)** Sociedade cabo-verdiana mais informada sobre as causas do DIH.
2.12. Instalação do Observatório da Criança e do Adolescente		X	X	X	ICCA	NU		ZC MM	AS	**a)** Observatório da Criança instalado na CNDHC; **b)** Vulnerabilidades das crianças melhor conhecidas; **c)** Direitos da criança mais respeitados.

Ação 3: ATRIBUIÇÕES EM MATÉRIA INVESTIGATIVA

Atividades Planeadas	Cronograma				Parceria	Financiadores Possíveis	Orçamento (ECV)	Coordenadores	Responsáveis Execução	Resultados esperados
	1.ºT	2.ºT	3.ºT	4.ºT						
3.1. Recebimento de queixas e denúncias de violação dos DH.; Encaminhamento e seguimento dos casos	X	X	X	X				MN ZF		**a)** Queixas devidamente encaminhadas e/ ou tratadas; **b)** Situações atentatórias aos D.H. investigadas; **c)** Situações atentatórias aos DH, graves, levadas ao conhecimento público.

Ação 4: Atividades Internas

Atividades Planeadas	Cronograma				Parceria	Financiadores Possíveis	Orçamento (ECV)	Coordenadores	Responsáveis	Resultados esperados
	1.ºT	2.ºT	3.ºT	4.ºT						
4.1. Reuniões Plenárias			X	X				AS MN	IF IM	**a)** Reuniões do Conselho Coordenador realizadas; **b)** Agenda das Reuniões Plenárias da CNDHC devidamente preparadas pelo Conselho Coordenador; **c)** Reuniões ordinárias realizadas; **d)** Principais *dossiers* da CNDHC socializados em plenária; **e)** Identidade da CNDHC reforçada; **f)** Comissários engajados na resolução dos casos de DH.

4.2. Reuniões de avaliação e seguimento dos casos pela equipa CNDHC	X	X	X	X				MN ZF		**a)** Reuniões bimestrais realizadas; **b)** Casos devidamente socializados, tratados e encaminhados.
4.3. Reuniões de concertação e planificação do *Staff* da CNDHC	X	X	X	X				MN ZF		**a)** Reuniões bimestrais realizadas; **b)** Dossiers discutidos e socializados; **c)** Plano de atividades atualizado.

SIGLAS

CCCD – Comissão de Coordenação de Combate à Droga
CICR – Comité Internacional da Cruz Vermelha
CMP - Câmara Municipal da Praia
CNDHC - Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania
CSOP – Centro Socioeducativo Orlando Pantera
CVCV - Cruz Vermelha de Cabo Verde
DEF – Direção de Estrangeiros e Fronteiras
DGA – Direção Geral do Ambiente
DGI – Direção Geral da Imigração
DGPRS – Direção Geral de Gestão Prisional e Reintegração Social
DGRS - Direção Geral de Reinserção Social
DGSS - Direção Geral de Solidariedade Social
EBI – Ensino Básico Integrado
FCS - Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade
FPNU - Fundos e Programas das Nações Unidas
ICCA - Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente
ICIEG - Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género
MAHOT - Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
MIREX – Ministério das Relações Exteriores
MJ - Ministério da Justiça
MJEDRH - Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos
MS – Ministério da Saúde
NU - Nações Unidas
PNV – Programa Nacional de Voluntariado

ANEXO II: Ata da XXXVI Reunião Plenária da CNDHC

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA

XXXVI REUNIÃO PLENÁRIA DA CNDHC

Data: 07 de dezembro de 2016
Horário: 09h10 – 12h35
Local: Sede da CNDHC, Achada S. António, Praia

Comissários presentes: Alfredo Moreno (I. Nazareno), António Pedro Silva (ADECO), Carla Lima (AJOC), Dircelena Melo (ME), Dulcelina Rocha (PGR), Elisia Veiga (I. Católica), Eurídice Monteiro (Cidadã designada pelo governo), Eveline Tavares (ICIEG), Fernando Baldé (UNTC-CS), Fernando Borges (ANMCV), José Viana (PCA), Joanilda Alves (PAICV), Josefina Chantre (RAMAO), Lenira Furtado (ICCA), Manuel Júlio Rosa (FECAD), Maria de Fátima Lima (MSSS), Maísa Salazar (Cidadã designada pelo governo), Mário Fernandes (MPD), Nathalie Monteiro (MFIS), Sheila Barbosa (CCISS), Silvino Semedo (MD), Tito Cardoso (PN) e Zaida Morais de Freitas (Presidente da CNDHC)

Comissários ausentes (Faltas justificadas): Benvindo Oliveira (MJ), Dionísio Pereira (Aldeias Infantis SOS), Edelfride Almeida (Verdefam), Eloisa Borges (CVCV) e Eurico Borja (CCSL)

Faltas injustificadas: Geraldo Almeida (UCID)

Técnicos da CNDHC presentes: Arlindo Sanches, Ilda Fortes, Marísia Delgado Nascimento e Miriam Medina

A reunião iniciou às 9h10, com a Presidente da CNDHC a dar as boas vindas aos Comissários. De seguida, aconteceu o empossamento de mais quatro comissários, a saber: Eng. António Pedro Silva, Dr. Fernando Idriça Baldé, Dra. Lenira Leila dos Santos e Sra. Josefina Chantre.

1- Apresentação da CNDHC

A Presidente da CNDHC solicitou a cada Comissário que fizesse a sua apresentação, seguida de uma breve explanação sobre como se vê no papel de membro da Comissão. O pedido foi prontamente atendido, sendo que de forma geral os Comissários apontaram como expetativa que se dê atenção à área a que representam. Igualmente reconheceram tratar-se de um grande desafio e responsabilidade, ao qual estão disponíveis para colaborar. Pediram especial atenção a áreas e temáticas como os DESC (direitos económicos, sociais e culturais); os direitos das pessoas com deficiência; o colmatar do défice que Cabo Verde tem em matéria de relatórios das convenções e tratados ratificadas; a consolidação dos direitos humanos (DH) na escola através de ações praticas; trabalhar a igualdade de género e empoderamento da mulher, em especial a imigrante; dar atenção aos direitos sexuais e reprodutivos, nomeadamente a LGBT; trabalhar junto da sociedade a perceção de que os DH não defendem as vitimas; trabalhar a inclusão do imigrante na sociedade cabo- Verdiana; dar atenção aos direitos dos trabalhadores.

A Presidente da CNDHC agradeceu as intervenções e declarou vislumbrar a necessidade de se trabalhar em interdependência, não no sentido de perda de autonomia, mas como estratégia para fazer a diferença na sociedade.

Como ponto de partida para a reflexão, às 10h o jurista da CNDHC, Dr. Arlindo Sanches fez uma breve apresentação da CNDHC com o auxilio de *PowerPoint*. Esta apresentação serviu para dar a conhecer as atribuições da Comissão, bem como o trabalho realizado entre 2004 e 2016.

2- Desafios da CNDHC

A Presidente da CNDHC introduziu o segundo ponto da ordem do dia ao afirmar que há uma certa pressão social no sentido de adotar um novo Plano Nacional de Ação para os Direitos humanos e a Cidadania, uma vez que, para além do primeiro estar

desatualizado, surgiram novas questões sociais que demandam novas estratégias. Prosseguiu informando que há um novo plano, o II PNADHC, que seguiu por duas vezes ao governo para aprovação, mas tal ainda não aconteceu. Adiantou ainda que tem estado a reunir com a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho para tratar deste assunto e pôde comprovar a abertura do novo governo e da nova ministra da justiça no sentido de se trabalhar a aprovação do novo plano. Trata-se de um "documento chapéu" direcionado a todos os setores, e por este motivo, traz diretrizes e ações especificas, sendo que a CNDHC não está em todas. O ano de 2016 foi atípico, com a realização de 3 eleições, e por este motivo a CNDHC considerou mais prudente a validação do plano pelos setores, antes da sua apresentação ao Conselho de Ministros. Igualmente pesou o fato de estarmos perante um novo governo, com outras ideias e prioridades. Neste quesito, a opinião dos comissários é de grande importância, pelo que o mesmo será facultado aos mesmos.

A Comissária Dirce Melo é da opinião de que é fundamental que o novo Plano Nacional de Ação seja socializado junto dos sectores e se recolha os subsídios. Manifesta interesse em tomar conhecimento do conteúdo do mesmo.

A Presidente da CNDHC informou que o Plano já foi alvo de socialização e a CNDHC pretende dá-lo a conhecer aos setores em janeiro de 2017, mas está aberta a opinião dos Comissários. Informou que igualmente está em reavaliação o novo Estatuto da CNDHC, documento mais de acordo com os Princípios de Paris.

O Jurista da CNDHC, Arlindo Sanches acrescentou que o Plano Nacional de Ação foi iniciado em princípios de 2012 e concluído em 2013. Envolveu encontros com o estado e a sociedade civil e foi realizado um fórum de socialização. Foi submetido ao Conselho de Ministros, mas devido a sua estrutura e algumas ações, não foi aprovado. Foi retrabalhado e submetido novamente em 2015 e novamente não foi aprovado devido a ausência de consenso em matéria do conteúdo referente às minorias sexuais.

O Comissário António Pedro Silva sugeriu que o II PNADHC seja alvo de socialização e consulta publica. Para tal, sugere a sua disponibilização na internet para que todos os cabo-verdianos, incluindo os na diáspora, tenham acesso ao documento e possam se pronunciar sobre ele. Esta ideia é apoiada pelas Comissárias Carla Lima e Eurídice Monteiro que argumentaram que a consulta publica permitirá reforçar a ideia de que a CNDHC trabalha para as pessoas e não especificamente para as instituições e desfazer a ideia de que ela está fechada em si mesma.

A Presidente da CNDHC considerou que voltar atrás e proceder a uma nova socialização do II PNADHC seria um processo moroso. Por esta razão propõe a concertação junto dos setores chaves, que por sua vez estão dotados de novos recursos humanos, antes de submeter o documento ao Conselho de Ministros. Sugeriu ainda que cada Comissário faça a pressão junto do seu setor no sentido de divulgar o documento a um maior número de cabo-verdianos.

A Comissária Eurídice Monteiro manifestou-se confiante no que se refere à aprovação do Plano. Considerou haver pessoas no elenco governamental dispostas a apoiar a questão dos direitos sexuais, nomeadamente a Ministra da Educação, sensível às questões de género. Considerou igualmente as Nações Unidas CV, atualmente a promover a campanha Livres e Iguais, um importante aliado. Colocou-se a disposição, na qualidade de Comissária designada pelo Governo a fazer a ponte com o Estado.

O Comissário Mário Fernandes manifestou interesse em conhecer o documento e concorda que se disponibilize o Plano na internet, mas com um prazo de pronunciamento. Considerou ainda que, paralelamente, se deve encaminhar o documento às instituições. Neste contexto, a Comissária Eurídice Monteiro propôs que o documento seja disponibilizado por um período máximo de 15 dias para consulta publica na internet e envio dos subsídios. Sugeriu que se utilize a rádio como veiculo. O Comissário António Pedro Silva concorda com o prazo de 15 dias e colocou à disposição os canais da ADECO para passar a mensagem.

A Comissária Maísa Salazar (Cidadã designada pelo governo), não tendo tomado conhecimento desde o inicio dos trabalhos, questionou se o coletivo de membros da CNDHC tem estado a debater a auscultação popular através de referendo. Em caso afirmativo, manifesta preocupação, pois considera que se corre o risco de a reação das pessoas ocasionar o chumbo do II PNADHC. Questiona a forma como se realizaria na pratica a absorção das contribuições. Citou como outro ponto negativo da auscultação publica o fato de esta não ter em conta o número de participantes, pois nela não se pode medir se houve ou não maioria absoluta, podendo não representar a maioria. Não tem os freios presentes nos outros instrumentos de exercício da democracia.

O Comissário António Pedro Silva respondeu não se tratar de referendo e sugere que se contate instituições que já realizaram a consulta publica, como a ARFA, para colher experiências.

Às 11h08 a Presidente da CNDHC propôs a realização de uma pausa para o *coffe-break*, ao que a Comissária Dulcelina Rocha sugeriu a continuação dos trabalhos, até a finalização do ponto dois da ordem do dia. A Comissária aproveitou para avançar que no que concerne ao novo Estatuto da CNDHC, sugere a criação de um grupo de trabalho entre os Comissários para trabalhar o documento. Sugeriu ainda que o grupo reúna antes da realização da próxima plenária. Considerou que janeiro seria uma boa altura para iniciar os trabalhos.

Dando seguimento ao ponto 2 da ordem do dia, a Presidente da CNDHC abordou o reforço da presença da Comissão a nível nacional, adiantando que, apesar de existir a figura do Ponto Focal, há necessidade da CNDHC se fazer mais presente nas restantes ilhas. Para tal necessitará de representações em todo o país. Neste quesito, considerou dois desafios importantes: reforçar a presença da CNDHC e envolver mais os Pontos Focais. Ainda no mesmo contexto, afirmou que no orçamento 2017, estão previstas deslocações, nomeadamente para o maio, ilha onde a Comissão está menos presente.

Como medida para reforçar a CNDHC, a Comissária Dulcelina Rocha sugeriu a atualização permanente do site da CNDHC com legislações e outros conteúdos pertinentes. Considerou que se deve proceder a divulgação do próprio site.

A Comissaria Joanilda Alves tomou a palavra para manifestar-se de acordo que a Comissão se desloque para as outras ilhas, pois tal faz com que as pessoas se sintam protegidas e desconstrói a ideia que que ela se restringe à Cidade da Praia. Citou como exemplo de situação a se ter presente, o fato da Cadeia de S. Filipe, na ilha do Fogo não ter ala feminina, o que obriga à transferência das reclusas com penas curtas para a Cadeia Central da Praia. Citou ainda a promiscuidade presente nas famílias, que desemboca em crimes sexuais.

O Comissário Mário Fernandes sugeriu a criação em cada ilha ou concelho de um representante em que o município contribua para a sua existência. Seria mantida, no entanto, a figura do Ponto Focal.

O Comissário Manuel Júlio considerou a ideia brilhante, mas cita como entrave à sua concretização, o fator financeiro. Como alternativa, existem nos concelhos pessoas dispostas a colaborar, pelo que sugere a criação de grupos sem custos nos concelhos. A Comissária Josefina Chantre (RAMAO) reforçou a ideia, afirmando que o voluntariado junto dos reformados seria de grande utilidade.

O Comissário António Pedro Silva considerou que não se pode pensar em custos quando se está a falar em direitos humanos e cidadania, estes devem ser mobilizados, pois os custos reais são os direitos violados. Referiu a experiência da ADECO enquanto membro da Comissão Nacional de Consumo, em que todas as ilhas têm os seus representantes. Considerou ainda que o estado é o maior prevaricador em matéria de DH, e por esta razão, o Ponto Focal deve estar localizado na sociedade civil, nas associações académicas, pois de outro modo, ele não estará em condições de questionar o Estado.

Às 11h35 é realizado o intervalo para o *coffe-break*.

3- Eleição do Conselho Coordenador para o mandato 2016-2019

Os trabalhos foram retomados às 11h50 com a concretização do terceiro ponto da agenda. O Dr. Arlindo Sanches fez uma breve explanação com auxílio de *PowerPoint* sobre o órgão executivo da CNDHC, o Conselho Coordenador nos estatutos e regimento da CNDHC, com destaque para as suas competências, eleição e funcionamento. De seguida, os membros da CNDHC se dividiram em dois grupos: um constituído pelos representantes das organizações não governamentais e associações nacionais e outro pelos comissários representantes dos departamentos governamentais. Após concertação, cada grupo elegeu o seu representante no Conselho Coordenador da CNDHC. Para além da Presidente da CNDHC, o Conselho Coordenador para o mandato 2016-2019 ficou constituído pelas vogais Carla Lima, em representação da sociedade civil e Eurídice Monteiro, em representação do governo.

5-Informes

A Presidente da CNDHC propôs a inversão dos dois últimos pontos da ordem do dia. Não havendo objeção, passou-se para o ponto cinco, sobre as informações importantes.

A Presidente da CNDHC informou que este ano, o 10 de dezembro, dia internacional dos direitos humanos, será comemorado com a realização de 3 marchas simultâneas nas ilhas de Santiago (Praia), São Vicente (Mindelo) e Boa Vista (Sal Rei). Informou ainda que na Cidade da Praia a marcha culminará com a realização de uma feira de direitos humanos que contará com alguns momentos culturais e a presença de varias instituições publicas e privadas. A atividade será norteada pelo lema proposto pelas NU "Defenda os direitos de alguém hoje", que remete à consciência ética de que todos devemos ser defensores dos DH no nosso quotidiano. Adiantou como proposta que o lema seja aproveitado para nortear o Plano de Atividades da CNDHC para o ano de 2017, especialmente na vertente da educação em DHC, uma vez que se pretende levar a cabo intervenções desde o pré-escolar ao ensino universitário. A Presidente informou ainda que a meta é trabalhar para que futuramente a comemoração desta efeméride aconteça em todas as ilhas.

O Comissário António Pedro Silva afirmou que a ADECO recebeu o convite e está disponível para colaborar na divulgação nacional das marchas comemorativas do 10 de dezembro.

O Comissário Manuel Julio solicitou a palavra para sugerir que futuramente a CNDHC pense numa forma de acesso à sua sede das pessoas em cadeira de rodas, uma vez que a mesma está situada no primeiro andar de um prédio sem elevador.

A Presidente da CNDHC prosseguiu informando sobre a apresentação do estudo diagnóstico sobre o perfil dos condenados por crime sexual contra menores a ter lugar no dia 14 de dezembro de 2016. O evento contará com a presença das três consultoras que elaboraram o mesmo e um investigador internacional que fará a análise comparativa. Pretendeu-se com a realização do estudo, não apenas conhecer a problemática, mas também criar um projeto de intervenção.

No que concerne aos relatórios de DH em atraso, a Presidente da CNDHC adiantou que estão a ser atualizados quatro relatórios, a saber: o de Base Comum, o da Convenção dos Direitos da Criança, o do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais e o do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Constatou-se a necessidade de serem restruturados de forma a cumprir as exigências e normas das NU, sendo que se prevê a sua finalização em janeiro ou fevereiro de 2017. Atualmente a CNDHC dispõe de quatro consultoras a trabalhar os documentos e poderá necessitar da colaboração dos Comissários no sentido de fazerem a pressão junto dos seus serviços para facultarem dados.

O Comissário António Pedro Silva sugeriu que se realize a socialização do estudo fazendo uso do *Livestream*, uma plataforma de transmissão de vídeo que permite aos usuários ver e transmitir vídeos utilizando uma câmara e um computador ligado a internet. Sugere como alternativa o *Skype*.

Ainda relativamente à socialização do referido estudo, a Presidente da CNDHC informou que estarão presentes na apresentação publica, na Cidade da Praia, delegados do ICCA e alguns procuradores de outras ilhas. Pretende-se fazer a socialização do documento nas ilhas onde foram encontradas as percentagens mais elevadas de agressores.

4- Plano de Atividades da CNDHC 2017

A Presidente da CNDHC introduziu o último ponto a ser tratado e adiantou que a elaboração do plano anual de atividades da CNDHC tem estado concentrado essencialmente no staff da CNDHC. Propôs um modelo diferente em que os Comissários apresentariam ideias, mediante um prazo pré-estabelecido. solicitou a opinião dos Comissários.

As Comissárias Dulcelina Rocha e Eurídice Monteiro, sugeriram que o staff da CNDHC apresente uma proposta, a ser trabalhada pelos Comissários. Após concertação estipulou-se a primeira quinzena de janeiro como prazo para o envio da versão zero do Plano de Atividades ao Conselho Coordenador e aos restantes membros da CNDHC.

Às 12h35 a Presidente da CNDHC deu por encerrada a XXXVI Reunião Plenária.

Marísia Nascimento

ANEXO III: Memorandos das Missões Internacionais

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA

RELATÓRIO DE MISSÃO

20º Curso de Formação em Direito Internacional Humanitário para profissionais e decisores políticos

Quénia, 11 a 16 de setembro 2016

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania(CNDHC) tem, entre outras atribuições, a de promover o Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde.

Tendo como objetivo dinamizar e dar um maior impulso ao cumprimento desta sua atribuição, definiu como uma das prioridades, inscrita no seu plano de

atividades e na proposta do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania, a instalação de um Departamento de Direito Internacional Humanitário.

Para a materialização deste objetivo, tem promovido alguns seminários e ações de formação em Direito Internacional Humanitário para o seu staff e outros atores governamentais com intervenção neste domínio.

O Escritório Regional do Comité Internacional da Cruz Vermelha sedeada em Dakar, através da sua coordenadora Mabinta Coly, sabendo das ações desenvolvidas pela CNDHC e do seu propósito, propôs financiar a participação de um representante da CNDHC no 20.º Curso de Formação em Direito Internacional Humanitário para profissionais e decisores políticos.

A CNDHC, depois de se inteirar nas condições de participação, designou o jurista da instituição, Dr. Arlindo Sanches, para participar no referido curso.

O curso, que decorreu entre os dias 11 a 16 de setembro de 2016, no Quénia, foi organizada pela Delegação Regional do Comité Internacional da Cruz Vermelha do Quénia.

O primeiro dia, 11 de setembro, foi dedicado à instalação dos formandos no LakeNaivasha Country Club – local de formação e à visita ao Crescent Island onde os mesmos puderam conhecer melhor o lugar e ver de perto os muitos animais selvagens presentes no local.

O segundo dia, 12 de setembro, foi dedicado à apresentação do programa e objetivos do curso, à abordagem sobre a importância do Direito Internacional Humanitário (DIH), o conceito, origem e princípios básicos de DIH seguido de uma conferência sobre os "os desafios contemporâneos enfrentados pela ação humanitária". Também foram distribuídos materiais de formação, nomeadamente livros e Convenções de Genebra sobre o DIH. A sessão terminou com um "*welcome drink*" que marcou a abertura oficial do curso.

No terceiro dia, 13 de setembro, a abordagem incidiu-se na qualificação de conflito armado, na realização de sessões práticas sobre princípios de conduta em tempo de hostilidades e sobre a desminagem e descontaminação e também foi feita uma abordagem sobre a lei de armas. Nesta sessão, a metodologia predominante foi trabalho de grupo.

No dia 14 de setembro, a sessão centrou-se na proteção das pessoas detidas durante o período de conflito armado, na violência sexual durante o conflito armado e na proteção das crianças pelo DIH. No final do dia, houve uma noite cultural com dança e gastronomia tradicional do Quénia.

O dia 15 foi dedicado à abordagem sobre as obrigações do Estado na implementação do DIH, os direitos e deveres dos agentes humanitários: o quadro jurídico aplicável à ação humanitária e os grupos armados não-estatais e a sua relação com o DIH.

No dia 16, e último dia de formação, a sessão incidiu sobre o direito penal internacional seguida de uma conferência intitulada "desafios e oportunidades para a geração de respeito à lei: o papel dos atores humanitários". No final do curso foram entregues certificados a todos os formandos.

O curso, que teve a participação de formandos de vários países, nomeadamente, Estados Unidos, Austrália, Sudão, Somália, Quénia, decorreu em inglês o que, inicialmente dificultou um pouco a minha participação, mas com o tempo fui superando as dificuldades e ter uma interação maior com os outros formandos e com os formadores.

Apesar dos constrangimentos iniciais devido à chegada tardia da minha mala que ficou na praia, pude contar com uma excelente colaboração por parte de todos os funcionários do CICR no Quénia tanto na recolha da minha mala no aeroporto e entrega no hotel bem como em todo o processo de logística.

Os materiais de formação e fotos estão disponíveis na pasta denúncia – Formações e Palestras, com o nome 20.º Curso de Direito Internacional Humanitário - Quénia.

Arlindo Sanches

RELATÓRIO DE MISSÃO

Réunion universelle des Commissions et autres instances nationales de droit international humanitaire «Renforcer la protection dans les conflits armés à traversledroit interne etles politiques nationales»

Genève, 30 novembre – 2 décembre 2016

Arlindo Sanches

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) realizou, de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2016, em Genebra – Suíça, uma reunião universal das comissões e outras instâncias nacionais de direito internacional humanitário sobre o lema "reforçar a proteção nos conflitos armados através do direito interno e das políticas nacionais".

A reunião contou com a participação de representantes de quase todos os países e de todos os continentes e a CNDHC esteve representado pelo Dr. Arlindo Sanches, Assessor Jurídico na instituição.

O objetivo geral da reunião foi de proporcionar a interação entre as comissões nacionais de Direito Internacional Humanitário (DIH) e possibilitar a troca de experiências sobre as atividades desenvolvidas com um olhar para o futuro. A reunião teve também os seguintes objetivos específicos:

i. Fornecer aos representantes das comissões nacionais de DIH e outros experts governamentais convidados a oportunidade de discutir o seu mandato, os métodos de trabalho, as realizações e desafios associados ao trabalho dessas comissões e identificar as necessidades em termos de capacitação e outros apoios;

ii. Apoiar ainda mais o estabelecimento e o funcionamento de comissões nacionais de DIH, conforme apropriado, e discutir, de forma prospetiva, a continuidade da relevância dos organismos nacionais que são designados - formalmente ou informalmente – a promover o DIH e sua implementação interna, a evolução do papel desses órgãos e formas de aumentar a sua eficácia;

iii. Discutir o papel e o contributo desses órgãos no desenvolvimento da legislação interna, políticas, estratégias e planos de ação sobre determinadas questões que revestem de particular importância na proteção nos conflitos armados e à implementação das obrigações dos Estados no âmbito do DIH;

iv. Discutir e identificar formas de promover a implementação interna dos resultados - Resoluções / compromissos - da 32ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Durante os três dias da reunião, algumas comissões de DIH falaram sobre o seu mandato e partilharam a sua experiência tendo sido possível constatar que uma boa parte dessas comissões desenvolvem trabalhos, conjuntamente com as instituições de ensino secundário e universitário, de definição de conteúdos de formação em DIH e mesmo na lecionação dos cursos. Muitas comissões mencionaram atividades de formação e sensibilização com os Magistrados, Procuradores, Advogados e outros responsáveis pela aplicação da lei realçando, no entanto, dificuldades financeiras para realizar as suas atividades.

A reunião decorreu em forma de sessões plenárias e trabalhos de grupo, sendo que cada grupo teve ao seu encargo a discussão de temas específicos e apresentação das conclusões em plenário.

Foi recomendadoaos Estados a criaçãode uma comissão interministerial para a proteção dos bens culturais e a criação de uma estrutura específica de DIH e

não atribuir a responsabilidade pela promoção do DIH às Comissões Nacionais de Direitos Humanos.

De realçar que, a fim de proporcionar um melhor conhecimento e interação entre os participantes, a organização ofereceu um cocktail no dia 30 de novembro e um jantar no dia 1 de dezembro, no restaurante "Parc des Bastions".

Praia, 21 de dezembro de 2016.